



2.ª Reunião (Ordinária) da Assembleia de Freguesia do Lumiar do quadriénio 2025-2029

18/12/2025

Ata da Assembleia de Freguesia

No dia dezoito de dezembro de dois mil e vinte e cinco, reuniu a Assembleia de Freguesia na sede da Junta de Freguesia do Lumiar, na Alameda das Linhas de Torres, 156. A sessão iniciou-se pelas 19h00, em regime presencial, com transmissão em diferido através dos canais de comunicação digital da Junta de Freguesia do Lumiar.

Presidente

João Pulido Pereira Freire de Andrade (CDS/PP)

1.º Secretário

Guilherme Gonçalves Sá Machado Duarte (PSD)

2.ª Secretário

Lúcia de Fátima Viveiros Carvalho Silva Amaral da Piedade (IL)

A ordem de trabalhos foi a seguinte:

A. Período Antes da Ordem do Dia

1. Aprovação de atas;
2. Moções, recomendações e votos;

B. Período Aberto ao Público

C. Ordem do Dia

1. Informação escrita do Presidente – 4.º trimestre 2025;
2. Apreciação e votação das Opções do Plano e do Orçamento para o ano de 2026;
3. Apreciação e votação do Plano Plurianual de Investimento para o ano de 2026;
4. Apreciação e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2026;
5. Aprovar o pedido de autorização da Junta de Freguesia à Assembleia de Freguesia para o estabelecimento de formas de cooperação com entidades públicas e privadas;

Presidente da Assembleia de Freguesia do Lumiar, João Pulido Pereira Freire de Andrade (Centro Democrático Social-Partido Popular CDS-PP) deu a boa tarde a todos, dando por iniciada a 2ª Reunião Ordinária da Assembleia de Freguesia do Lumiar do quadriénio 2025-2029. Informou que foram feitas algumas renúncias, e que irão iniciar a sessão com um ponto extra à ordem de trabalhos, neste caso tomadas de posse e substituição dos membros que renunciaram. -----

Tomou posse **Marta Regina Silva dos Santos Vieira (PSD)**, que não estando presente na última assembleia, não pode tomar posse, tendo-o feito nesta reunião. -----

Assumiu funções **Pedro José Lopes Estrela**, em substituição de **Isabel Vicente (PS)**, tendo prestado o respetivo juramento. -----

Assumiu funções **Pedro Roque Domingues**, em substituição de **João Tito Bastos (PS)**, tendo prestado o respetivo juramento. -----

Informou-se a substituição de **Maria de Fátima Correia de Paiva Caçador Ferreira (PS)**, que por doença não pode estar presente, sendo substituída por **Helena Ferreira**. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia informa a saída de um membro do Executivo, **Maria Madalena de Magalhães Gagliardini Graça Pestana de Vasconcelos**, por razões várias de índole profissional e pessoal, tendo o pedido ao **Presidente da Junta de Freguesia** para tecer um breve comentário ao sucedido. -----

Presidente da Junta de Freguesia, cumprimenta todos os presentes e fregueses que assistem à distância. Informa que **Madalena Pestana (CDS-PP)** renunciou o seu cargo no presente Executivo da Junta de Freguesia do Lumiar, e solicita aos membros da Assembleia que autorizem a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos. -----

Presidente da Junta de Freguesia procede-se à leitura da carta enviada por **Madalena Pestana**, em que renuncia ao respetivo cargo, revisita o seu percurso em funções e agradece ao restante Executivo e fregueses, ficando a mesma anexa a esta ata. -----

Presidente da Junta de Freguesia, após a leitura da carta, solicita à Assembleia a reposição da normalidade do Executivo com eleição de Eduardo Pedro do Lago Serralheiro Barroso, tendo entregado a respetiva proposta ao **Presidente da Assembleia de Freguesia**. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia coloca à votação a possibilidade de inclusão deste ponto da ordem de trabalhos, tendo sido aprovada por unanimidade pelo quórum presente. -----

Eleição de **Eduardo Pedro do Lago Serralheiro Barroso (CDS-PP)** para o cargo de Vogal-Secretário através de voto secreto.

Votos a favor – **13**; -----

Abstenções – **4**; -----

Votos contra – **2**; -----

Eleito por maioria -----

Tendo o novo vogal transitado da assembleia para o Executivo, entrou em sua substituição na assembleia **Nuno Gonçalves (CDS-PP)**. -----

Presidente da Junta de Freguesia toma da palavra para agradecer à assembleia a inclusão desta matéria na ordem de trabalhos, dando ainda nota da ausência do Vogal Rodrigo Benites que se encontra em convalescença. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia informou que iam começar o Período Antes da Ordem do Dia, abrindo o período de discussão das propostas, perguntando quem quer comentar as propostas apresentadas. -----

PAOD (Período Antes da Ordem do Dia) -----

João Maria Charneca Condesso (CH) começou por cumprimentar todos os presentes. Por erro no sistema de transmissão de vídeo, não foi possível apurar a totalidade desta intervenção para efeitos de registo na presente ata. A gravação remota retorna aquando da abordagem à Moção N.º 1, onde propõem que a moção seja reformulada com uma ou duas ideias mais simples, onde se consiga uma aprovação com todas as forças políticas, tendo em conta a importância que este assunto tem para a freguesia. Recomenda ainda que esta votação deverá ser alinhada com Carnide, como aconteceu anteriormente. Inicia abordagem à Moção N.º5, onde reconhece o avanço da Freguesia do Lumiar na matéria da transição digital relativamente a outras freguesias do concelho de Lisboa, recomendando prudência com realização de estudos de sustentabilidade e impacto ao nível dos postos de trabalho. Abordagem à Recomendação N.º1, informa que não é algo inovador, já se tendo realizado noutras freguesias através do Contrato de Emprego-Inserção. Considera que é uma forma de ajudar as pessoas a integrarem-se mais rapidamente, e que a Junta poderá intervir nesta matéria. -----

Francisco Manuel Mourão Benitez (IL) inicia a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Abordagem à Moção N.º1, onde considera que não existem problema somente na Rua Fernando Lopes Graça. Considera que o envio de uma moção para a CML que não aborda a totalidade do problema da freguesia não é ideal. Relata vários outros locais da

freguesia onde existem constrangimentos de trânsito, nomeadamente Telheiras, Lumiar Centro, bem como o Nó do Lumiar Centro com a Avenida Padre Cruz, e ainda Estrada da Torre e Manuel Valadares. Declara que as alíneas a) e c) da moção não são as que melhor resolvem a proposta da moção. Apresenta a abstenção da IL esta moção, pois apesar de reconhecer o problema, considera que o Executivo deve olhar para o problema que a moção apresenta de forma transversal a toda a freguesia. Informa posterior apresentação de declaração de voto. Abordagem à Moção N°2, informa que a IL é favorável à moção, apesar de considerar que esta deverá abranger toda a freguesia e não só a zona de Telheiras Norte, ressaltando que a melhoria da iluminação pública carece de um levantamento que deverá ser feito em toda a freguesia, e ser melhorada em todos os locais necessários. Propõem alteração do título da moção nesse sentido, de “Telheiras Norte para “Freguesia do Lumiar”. Abordagem à Moção N°3, informa que a IL é favorável à moção, apesar de considerar que a violência contra as mulheres é um problema nacional, e que deveria ser a Assembleia da República a instar o Governo na mitigação deste problema. Abordagem à Moção N°4, informa que a IL está muito sensível ao estado da saúde a nível nacional. Declara que para a IL, a defesa dos cuidados neonatais de excelência não passa por negar reorganizações, mas sim por garantir que elas resultam de critérios clínicos e de eficiência, e não de improvisos ou falhas de planeamento. Declara que se deve exigir que o Estado cumpra o seu papel de financiador e regulador, mantendo o SNS forte, mas aberta à cooperação com todos os prestadores que garantem qualidade e acesso, e não fechada num dogma que já demonstrou os seus limites. Declara que a moção confunde problemas reais com diagnósticos errados. Declara que a solução não é pedir mais do mesmo, mas sim exigir gestão profissionalizada, autonomia, transparência e modelos de organização centrados nas pessoas e na qualidade clínica. Informa que não acompanha a proposta. Abordagem à Moção N°5, informa que a IL reconhece a importância dos temas enunciados na proposta apresentada e considera que estes princípios são essenciais em qualquer processo de transformação digital responsável. Sugere clarificação de três aspetos fundamentais no quadro legal do funcionamento das autarquias: a Assembleia de Freguesia tem competências de fiscalização e apreciação, não de direção executiva. Informa que a IL apoia os princípios, mas não o formato da moção, e que está comprometida com transparência e rigor, mas com respeito pela boa governação. Declara que as deliberações previstas na moção não se limitam recomendações políticas, mas que são apresentadas como obrigações formais, que condicionariam diretamente a atuação do Executivo, exigindo estudos prévios, relatórios vinculativos e garantias de natureza operacional. Informa que a execução da atividade administrativa, incluindo a elaboração de

estudos, a preparação de propostas técnicas, a definição de requisitos de projetos e o planeamento de recursos humanos compete exclusivamente ao Executivo da Junta de Freguesia. Declara que a IL concorda com os princípios gerais denunciados, mas não podem apoiar uma moção que pretende transformar a Assembleia da Freguesia num órgão de direção executiva, impondo obrigações técnicas e procedimentais à Junta. Declara que a Assembleia fiscaliza e recomenda, mas que não lhe compete gerir, executar, nem substituir o Executivo, justificando deste modo o voto contra. Abordagem à Moção N.º6, declara que a IL partilha a preocupação com a situação da habitação, e reconhece a importância estratégica do terreno Maria Droste para a qualidade de vida das populações de Lumiar e de Carnide. Sugere que qualquer intervenção neste espaço deve ser transparente, escrutinada e orientada para o interesse público local. Declara que a moção, ao pedir a suspensão generalizada de todas as operações de venda ou concessão de património público em Lisboa, e ao rejeitar liminarmente o recurso a parcerias público-privadas, parte do pressuposto de que o Estado é sempre melhor gestor do património do que qualquer parceria com privados. Informa que, por estas razões, não podem votar favoravelmente, considerando que a moção traduz uma posição ideológica contra a alienação de património, e contra as parcerias com privados. Abordagem à Recomendação N.º1, informa que a IL reconhece que a inclusão social, a promoção de competências e autonomia económica das pessoas em situação de vulnerabilidade são objetivos fundamentais para qualquer política séria. Declara reconhecer o esforço do proponente em salvaguardar o respeito pelos beneficiários, a limitação de horários e a articulação com entidades competentes. Declara que a Junta de Freguesia não pode coordenar programas de inserção de beneficiários do RCI, pertencendo esta competência exclusivamente à Segurança Social e a operacionalizada através do plano de inserção. Declara que a recomendação apresentada levanta questões jurídicas e operacionais que não podem ser ignoradas. Informa que, por estas razões, a IL não vota favoravelmente. Abordagem ao Voto de Louvor N.º1, informa que a posição da Iniciativa Liberal sobre o significado histórico do 25 de novembro é sobejamente conhecida. Declara que a IL considera esta data um marco essencial na consolidação da democracia portuguesa, defesa do pluralismo e afirmação do estado de direito. Declara acompanhar o presente voto de louvor, reconhecendo o papel determinante dos militares e civis que contribuíram para estabilizar o regime democrático de 1975, reiterando que a redação apresentada recorre a hipérboles, e adota uma leitura fortemente politizada dos acontecimentos, não apresentando, contudo, falsidades históricas nem colocando em causa reconhecimento factual dos contributos deste momento para o país. Informa que, por essa razão, a IL vota

favoravelmente. Abordagem ao Voto de apesar N°1, a IL solicita ao PSD a subscrição conjunta deste voto, aquando da votação. Indica um problema logístico na IL relativo ao prazo de apresentação de propostas, justificando a sua ausência da respetiva lista. Indica voto favorável relativo aos Voto de Saudação N°1 e Voto de Solidariedade N°1. Finda a sua intervenção e agradece. -----

Sr. Presidente da Assembleia pergunta ao PSD se é favorável ao pedido de subscrição do voto do voto de pesar por parte da IL. **Marta Vieira (PSD)** consente à subscrição. -----

Nelson Rocha (BE) cumprimenta os presentes e quem assiste remotamente. Informa que o BE traz dois documentos à presente sessão, um sobre a violência sobre as mulheres e outro sobre os direitos humanos. Declara que este é um local certo, por nunca ser demais lembrar as quase 40 mulheres que já foram mortas este ano, e que isso tem que acabar por ser grave demais. Informa que, relativamente às várias propostas, irão tomar posição no momento certo, informando antecipadamente o voto contra o Voto de Louvor pelo 25 de novembro. Informa que é um homem de abril, nascido com o coração à esquerda e que morrerá com o coração à esquerda. Informa que viveu o 25 de abril, um dos dias felizes da sua vida, bem como o 1º de maio. Declara que não se esquecerá do que aconteceu posteriormente, a seguir ao 25 de novembro, em que camaradas seus foram mortos a tiro, indicando que todos sabem que o fez. Informa que por essa altura esteve no Porto, a ajudar a evitar um assalto à sede da UDP, em que novamente indica que toda a gente sabe quem o fez. Declara que o 25 de novembro foi um dia cinzento, e que os Capitães de Abril e o povo não saíram à rua, ao contrário do 25 de abril. Informa o voto desfavorável do BE relativo ao Voto de Louvor N°1. Agradece e deseja boas festas a todos. -----

Francisco Benitez (IL) apresenta a declaração de voto na moção 1, 4, 5 e 6 e a recomendação 1. -----

Pedro Estrela (PS) Cumprimenta todos os presentes e quem acompanha por meios digitais. Abordagem à Moção N°1, declara aceitar a convite da IL para visitar outras ruas, remetendo o mesmo convite ao Executivo da Junta, concordando que existem outras ruas para visitar, sendo esta uma das que consideram críticas e bastante graves. Dá nota que a IL não

apresentou nenhuma moção, apesar de existirem tantas ruas para abordar no caso do trânsito. Abordagem à Moção N.º2, declara aceitando que há outras zonas, mas que na zona de Telheiras Norte a situação agrava-se. Volta a desafiar a IL a apresentar outras moções noutras assembleias relativamente a outras zonas. Abordagem à Recomendação N.º1, declara que essa não é competência do Executivo e que não faz sentido comentar, votando desfavoravelmente. Declara que o PS efetivamente apresentou moções que melhoram a vida dos fregueses do Lumiar. Agradece. -----

Nuno Gonçalves (CDS-PP) cumprimenta todos os presentes. Informa que o CDS-PP tem vários sentidos de voto distintos para as várias soluções, que serão apresentados no momento oportuno. Abordagem à Moção N.º2, declaração de vontade em subscrever a proposta apresentada pela IL de alteração do título da moção. Informam apresentar voto a favor desta moção, mas que gostariam que fosse possível com o novo título “iluminação do Lumiar”. Solicitam subscrição do Voto de Pesar N.º1 apresentado pelo PSD. -----

Marta Vieira (PSD) cumprimenta todos os presentes. Relembra José Cosmo Marques, uma figura relevante para a freguesia, também para a escola, pelo papel que desempenhou ao longo da sua vida, pela relevância que tinha na freguesia. Abordagem à Moção N.º1, informa que partilha a preocupação expressa pelo PS relativamente à necessidade de melhorar a circulação da viária e o estacionamento, assim como a segurança dos fregueses nesta rua e suas adjacentes. Reitera que o PSD entende que a moção não permite avaliar claramente a execução das medidas, porque a sua implementação depende de estudos prévios de planeamento técnico e coordenação com entidades externas à Junta de Freguesia como a CML e a PSP. Declara que todas estas ações devem ser acompanhadas de motorização e avaliação contínua, garantindo-se resultados concretos e duradores. PSD abstém-se do voto nesta moção. Abordagem à Moção N.º2, salienta que muitas destas ações propostas nesta moção se encontram já refletidas no programa da Junta e nas opções do plano, designadamente na página N.º 105. PSD abstém-se do voto nesta moção. Abordagem à Moção N.º3, declara que o PSD acompanha a necessidade de combater a violência sobre as mulheres, que naturalmente condenam, apesar da moção abordar matérias que julgam não ser da competência da Assembleia de Freguesia, como a legislação nacional, políticas públicas e temas complexos de âmbito nacional, que não podem aqui ser decididas ou alteradas por este órgão. Declara que o texto não identifica medidas ou ações concretas que possam ser

implementadas na freguesia, portanto, mantendo-se no plano declarativo sem propostas de intervenção local. Reafirma o compromisso do PSD na defesa dos direitos das mulheres e com o combate a todas as formas de violência, mas pelas razões expostas, a bancada do PSD abstém-se. Abordagem à Moção N.º4, declara partilhar a preocupação relativa ao Serviço Nacional de Saúde. Declara que a moção utiliza um caso concreto para desenvolver uma crítica à política nacional de saúde, e que o texto extravasa o tema principal, abordando questões do SNS fora do âmbito das competências deste órgão e sem apresentar propostas de ação local. Informa voto desfavorável do PSD. Abordagem à Moção N.º 5, informa que PSD reconhece a importância da modernização digital e da utilização de tecnologias na administração da Junta de Freguesia, e concorda que os projetos de transformação digital devem ser analisados em termos de custo-benefício, sustentabilidade financeira e impacto humano. Declara que a moção do Chega estabelece exigências que formais para cada iniciativa, incluindo relatórios, estudos e planos de requalificação que vão obstaculizar a implementação de projetos necessários e limitar a capacidade da Junta de executar soluções de forma célere. Por estas razões, declara o voto desfavorável do PSD. Abordagem à Moção N.º6, informa que partilha a preocupação da habitação acessível e a gestão do património público, e declara que a moção propõe a transferência da gestão da Câmara Municipal sem detalhar critérios de execução nos impactos financeiros e administrativos. Informa que o PSD defende que quaisquer decisões sobre concessões, arrendamento ou utilização de imóveis públicos no Lumiar sejam sustentadas em debate técnico, com transparência, viabilidade, prática e no interesse de todos os cidadãos. Por estas razões, declara o voto desfavorável do PSD. Abordagem à Recomendação N.º1, declara que o PSD reconhece que o rendimento social de inserção integra por natureza uma dimensão de inserção social e profissional, já legalmente enquadrada e acompanhada por entidades competentes da administração central, designadamente o Instituto de Segurança Social, em articulação com o IFP. Declara que a recomendação apresentada ultrapassa as competências da Junta ao propor a identificação de beneficiários de RSI e a coordenação de atividades comunitárias associadas ao RSI. Acrescenta que a proposta não define critérios de execução nem enquadramento jurídico, comportando riscos de confusão institucional, de sobreposição de funções e tratamento inadequado dos beneficiários. Informa que o PSD defende políticas de inclusão, mas entende que as mesmas devem ser implementadas com rigor técnico, respeito pelas competências das diferentes entidades, salvaguardando a dignidade dos beneficiários. Por estas razões, declara o voto desfavorável do PSD. Abordagem ao Voto de Louvor N.º1, informa que o PSD reconhece a importância histórica do 25 de novembro no processo de

consolidação da democracia, mas que a moção adota uma leitura politicamente orientada e polarizada, com uma linguagem ideológica que extravasa o carácter institucional de um voto de louvor e não promove uma abordagem plural da memória democrática. Declara que o voto não refere uma figura central no processo, General Ramalho Eanes, e acrescenta que inclui juízes políticos que não decorrem diretamente da efeméride. Por estas razões, declara que o PSD se abstém. Termina e agradece. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia pergunta se o pedido do CDS para subscrever o voto pesar é aceite pelo PSD. **Marta Vieira (PSD)** aceita a subscrição e informa que **Nelson Rocha (BE)** também pediu para subscrever o voto pesar, que é igualmente aceite pelo PSD. -----

João Condesso (CH) informa que pretende prestar dois esclarecimentos, em relação à moção N.º 5. Declara que o CHEGA não pretendem que exista qualquer obrigação por parte do Executivo, mas considera que seria importante apresentar este tipo de informação, independentemente de a assembleia votar a favor ou contra. Acrescenta que poderia dar-se o caso de a assembleia ter informação e eventualmente até poder dar algum conselho ou mais-valia ao projeto. Refere que a recomendação do RSI já está a ser aplicado numa Junta de Freguesia, em que a Junta coordena um programa feito juntamente com a Ministério do Trabalho e da Segurança Social, e com o Instituto de Emprego e Formação Profissional. Declara que a proposta em causa não é nova, era simplesmente aproveitar a possibilidade que já existe para o fazer, e poder acrescentar mais algum valor em relação a este segmento da população. Termina e agradece. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia pergunta se o Sr. Presidente da Junta pode falar no final nas intervenções, tendo ficado assim combinado. -----

Francisco Pedro Santos Miranda Ferreira (LIVRE) informa que não foi votada a ata da reunião anterior porque não foi entregue. **Presidente da Assembleia de Freguesia** informa que ata será votada na próxima assembleia. Informa ainda que é uma ata muito curta, e como não foi enviada, não irá colocar à votação, prometendo que na próxima assembleia se irão votar as duas, a da última assembleia e a da presente. **Francisco Ferreira (LIVRE)** continua a sua intervenção, informando que o LIVRE pretende começar este quadriénio a contribuir

para resolver aquilo que é o maior problema habitantes e fregueses, pelo menos daqueles que não conseguem pagar uma renda moderada de 2300€, que em conjunto com a higiene urbana, são o maior problema da Lisboa e da freguesia. Declara que o problema vem do facto de habitação atualmente ser mais um investimento financeiro do que um bem de primeira necessidade, acompanhado de outras causas, a falta de habitação pública, a especulação imobiliária, isenções a fundos e vistos *gold*, borlas fiscais, etc. Declara que a única forma de resolver este problema da habitação é fazer essa separação entre a especulação financeira e aquilo que é um bem de primeira necessidade. Declara que, para fazer isso acontecer, temos que fazer exatamente o contrário do que foi aprovado no dia anterior na Câmara Municipal de Lisboa no seu novo orçamento. Declara que a forma mais eficiente de fazer essa separação é a habitação pública, que por não ser ativo financeiro, é importante para complementar o mercado privado. Declara que foi nesse sentido que o LIVRE trouxe a presente proposta, informando que o CHEGA disse ter uma posição comum, não vendo entraves à constituição de uma comissão de trabalho sobre o tema, que é bastante relevante para a freguesia. Informa que o LIVRE votará a favor dos documentos apresentados pelo BE, PSD e CDU, também os do PS. Declara que o cuidado com o espaço público tem sido bastante descuidado nos últimos anos, não só aqui no Lumiar, mas em toda a cidade. Declara que, em termos de mobilidade, está tudo bastante pior, com mais trânsito, transportes mais lentos, menos investimentos em infraestrutura e mobilidade suave, e que para reverter este retrocesso, qualquer contribuição é importante. Informa que relativamente aos documentos apresentados pelo CHEGA, o LIVRE considera que o único que tem algum crédito é a Moção N°5, denotando ainda alguns problemas, nomeadamente que não esclarece o que é uma locação orçamental significativa, termo bastante vago e que pode ter efeitos negativos. Declara que, em relação às duas outras propostas do CHEGA, a Recomendação N°1 e o Voto de Louvor N°1, o Chega continua a tentar travar guerras culturais, tentar por o pobre contra o muito pobre, e o muito pobre contra o extremamente pobre, estigmatizando um apoio social que nem representa 1% do orçamento da Segurança Social. Declara que, relativamente ao 25 de novembro, o CHEGA finge celebrar um evento de revolução democrática, ao mesmo tempo que pedem o ditador de volta a multiplicar por três. Declara estas duas propostas não fazem qualquer tipo de sentido e que o LIVRE votará contra. Termina e agradece. -----

Ana Paula Sousa Amaro (CDU) Cumprimenta todos os presentes e quem assiste remotamente. Declara que a CDU se propõe a subscrever a Moção N°2 se o PS concordar

em alterar de “Telheiras” para “Lumiar”, por parecer que é um problema generalizado da freguesia, e não apenas de Telheiras. Declara que o CDU subscreve o Voto de Pesar N.º1 apresentado pelo PSD, se o entenderem. Termina declarando que o CDU irá apresentar uma declaração de voto escrito relativamente ao Voto de Louvor N.º1. Termina e agradece. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia pergunta a sobre a proposta de se alterar o título da Moção N.º2. **Pedro Estrela** informa que o PS aceita tanto a proposta da CDU, como da IL e do CDS a alterar o título, mas também o texto, visto o texto refere sempre Telheiras, para ficar consistente. Ou seja, que aceitam a recomendação, não só do título, mas no texto. Propõem alteração à proposta. -----

Presidente da Junta de Freguesia declara que preocupa o Executivo a questão do trânsito e da iluminação, estando isso previsto no programa eleitoral, estando a Junta a desenvolver esforços junto da Câmara, que tem essa competência, para resolver quer as questões de mobilidade, quer as questões de iluminação, seja por via da reparação do que está danificado, seja também para através da identificação de novas necessidades de iluminação. Relativamente à questão da habitação, informa que também é uma preocupação da Junta, e declara que a primeira cooperativa vai ser lançada no Lumiar ou já foi, e que aguardemos que se possa desenvolver e construir. Informa que a oportunidade de estar reunido com a Sr. Secretária de Estado, à época, da habitação, sobre as questões da Maria Droste, e que houve um forte movimento de cidadãos contra a colocação de equipamento urbano e serviços. Informa que, apesar de grande parte da influência e proximidade ser no Lumiar, o terreno já é na freguesia de Carnide. Solicita subscrição ao Voto de Pesar N.º1 em relação ao falecimento do professor José Cosme, que é de facto uma figura muito estimada na Universidade da Terceira Idade do Lumiar, quer como docente, como aluno e como também membro do Conselho Académico, saudando o seu filho que presente na assembleia, a família e amigos de José Cosme e todos os alunos da UTIL, por ter sido uma perda inestimável. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia questiona se o PSD está de acordo com todas as subscrições. **Marta Vieira (PSD)** aceita as subscrições. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia observa que mais ninguém pretende intervir, e inicia a votação. -----

Moção n.º 1, “Tráfego automóvel na rua Fernando Lopes Graça e adjacentes”, apresentada pelo PS. -----

Votos contra: **0** -----

Abstenções: **10** - IL (2); PSD (6); CH (2); -----

Votos a favor: **9** - PS (4); CDS-PP (2); LIVRE (1); CDU (1); BE (1)

Aprovada por maioria -----

Moção n.º 2, “Melhoria da Iluminação o Lumiar”, apresentada pelo PS. -----

Votos contra: **0** -----

Abstenções: **6** – PSD (6) -----

Votos a favor: **13** - PS (4); CDS-PP (2); IL (2); CH (2); LIVRE (1); CDU (1); BE (1) -----

Aprovada por maioria -----

Moção n.º 3, “25 de novembro – Dia Internacional para a eliminação da violência sobre as mulheres. Prevenção e combate a todas as formas de violência sobre as mulheres está por cumprir!”, apresentada pelo CDU. -----

Votos contra: **2** – CH (2); -----

Abstenções: **6** – PSD (6); -----

Votos a favor: **11** - PS (4); CDS-PP (2); IL (2); LIVRE (1); CDU (1); BE (1) -----

Aprovada por maioria -----

Moção nº 4, “Em defesa do Serviço Nacional de Saúde - Contra o encerramento do serviço de Neonatologia do Hospital Dona Estefânia”, apresentada pelo CDU. -----

Votos contra: **8** – PSD (6); IL (2); -----

Abstenções: **4** - CH (2); CDS-PP (2); -----

Votos a favor: **7** - PS (4); LIVRE (1); CDU (1); BE (1); -----

Reprovada -----

Moção nº5, “Transparência, Sustentabilidade e Impacto Humano da Estratégia de Transformação Digital”, apresentado pelo CHEGA. -----

Votos contra: **11** - PSD (6); IL (2); BE (1); LIVRE (1); CDU (1); -----

Abstenções: **6** - PS (4); CDS-PP (2); -----

Votos a favor: **2** - CH (2) -----

Reprovada -----

Moção nº6, “Pela defesa do património público e da habitação a valores acessíveis à população do Lumiar”, apresentado pelo LIVRE. -----

Votos contra: **12** - PSD (6); IL (2); CDS-PP (2); CH (2); -----

Abstenções: **0** -----

Votos a favor: **7** - PS (4); BE (1); LIVRE (1); CDU (1); -----

Reprovada -----

Recomendação n.º 1, “Beneficiários RSI devem colaborar para se Integrar”, apresentado pelo CHEGA.

Votos contra: **15** - PSD (6); PS (4); IL (2); BE (1); LIVRE (1); CDU (1); -----

Abstenções: **2** - CDS-PP (2); -----

Votos a favor: **2** - CH (2) -----

Reprovada -----

Voto de Louvor N.º 1, “50 anos do 25 de novembro”, proposto pelo CHEGA:

Votos contra: **7** - PS (4); BE (1); LIVRE (1); CDU (1); -----

Abstenções: **6** - PSD (6); -----

Votos a favor: **6** - IL (2); CDS-PP (2); CH (2); -----

Reprovada -----

Voto de Pesar N.º1, “Pelo desaparecimento de José Cosme Marques”, proposto pelo PSD e subscrito pela IL, BE, CDS, CDU e Executivo. -----

Votos contra: **0**; -----

Abstenções: **0**; -----

Votos a favor: **19** - PSD (6) PS (4); - IL (2); CDS-PP (2); CH (2); BE (1); LIVRE (1); CDU (1); -----

Aprovado por unanimidade. -----

Voto de saudação N.º 1, “Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, proposto pelo BE: -----

Votos contra: **2** - CH (2); -----

Abstenções: **0**; -----

Votos a favor: **17** - PSD (6) PS (4); - IL (2); CDS-PP (2); BE (1); LIVRE (1); CDU (1); -----

Aprovado por maioria. -----

Voto de Solidariedade N.º 1, “Pela memória das vítimas dos abusos e das violações dos Direitos Humanos”, proposto pelo BE:

Votos contra: **2** - CH (2); -----

Abstenções: **8** - PSD (6); CDS-PP (2); -----

Votos a favor: **9** - PS (4); - IL (2); BE (1); LIVRE (1); CDU (1); -----

Aprovado por maioria. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia deu por terminadas as votações, referindo que os partidos que pretendem fazer declarações de voto deverão apresentá-las aos serviços.

Autoriza a declaração de voto oral por parte do CHEGA, na pessoa de João Condesso. ----

Declaração de voto do CHEGA, representado por João Condesso, cita-se: -----

Em relação aos dois últimos votos do Bloco de Esquerda, voto de saudação e voto de solidariedade sobre a violência das mulheres e as vítimas de violações dos direitos humanos, nós votamos contra e pelo facto de se apresentarem como generalizações de um sentimento de vitimização. Isto é recorrente no Bloco de Esquerda, vitimização e aquela conversa dos coitadinhos “ah, têm sempre problemas, precisam de apoios, financiamentos, etc.”. Não temos que arranjar medidas para evitar que as coisas aconteçam, resolvê-las, e este tipo de discurso de facto, não nos agrada nada. E, portanto, nunca há uma responsabilização das pessoas. Nunca se tenta que saiam dos problemas, que evitem os problemas. E depois não há nenhuma aplicação prática, e como não há, não se propõe nada de prático para resolver os problemas que são enunciados. É por esse motivo que votamos contra. Obrigado, senhor presidente. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia solicita que se faça um minuto de silêncio pelo Voto de Pesar pelo Sr. José Cosmo Marques, e que se retornará à sessão pelas 21h10 para audição do público. -----

Minuto de silêncio -----

Pausa -----

Período Aberto ao Público -----

Presidente da Assembleia de Freguesia informou que iam reiniciar os trabalhos, e pediu um momento para fazer uma consideração. Informou que durante os 20 anos que está na Assembleia de Freguesia do Lumiar existe uma temática recorrente: se numa Assembleia de Freguesia se devem apresentar só documentos sobre a nossa freguesia, ou se se devem apresentar sobre mais regiões, e sobre assuntos que não são exclusivamente da freguesia. Declara que sim, é possível apresentar sobre mais regiões, sugerindo que não podemos viver

numa bolha, e que acha que numa assembleia de freguesia é uma riqueza poder-se falar de outros assuntos. Declara que ouviu várias pessoas a dizer que “se não é da freguesia, não se fala”, mas nós vivemos num ambiente em que existe interatividade entre as freguesias, o município e o país. Caracteriza como redutor falar só do território da freguesia, mas considera outras opiniões. Compreende que é uma temática que não é unânime, e que existem várias opiniões, mas que gostaria de deixar este comentário registado. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia informa que vai chamar as pessoas do público que se inscreveram para esta assembleia de freguesia, e chama o primeiro inscrito. -----

Sr. Jorge Rolo Cumprimenta todos e informa que pediu para falar em três temas, sendo um deles sobre o mercado. Informa que havia comentado com o Sr. Presidente aquando da campanha eleitoral que, com muita pena sua, não viu nenhuma rampa na entrada. Declara que lhe explicaram que, por causa do decreto-lei 163/2006, uma inclinação superior a 6%, não podia ter rampa de acesso. Informa que, ao fazerem os canteiros desfasados, nem sequer permitiu que se tentasse fazer uma recolha junto dos fregueses para lá colocar uma plataforma de elevação, ou algo semelhante. Relembra o Sr. Presidente que, além das pessoas em cadeiras de rodas, existem mães com carrinhos de bebés e pessoas idosas que, e que dar a volta é desagradável. Reitera que é pena não tenham feito as escadas e os canteiros desfasados, de modo a permitir a colocação da rampa. Declara que quando vai ao mercado e não percebe se já foi inaugurado, que se encontra praticamente vazio e com aspeto de abandono, com os dois espaços de restauração encerrados. Apelou a que seja tomada iniciativa para dinamizar o espaço. Questionou se já existe decisão sobre a ocupação do espaço sob o viaduto, e informou que lhe chamou a atenção foi crescimento das árvores aí plantadas, que a prazo poderão atingir a estrutura. Sugeriu que, ou se arranjarão “árvores anãs”, ou, mais ano menos ano, as árvores tocariam no teto do viaduto. Sobre a questão da higiene urbana, felicitou o vogal Ricardo Abreu pela coragem na aceitação do pelouro. Alertou para as dificuldades decorrentes do outono (acumulação de folhas) e declara querer relembrar um tema que, alegadamente, já falou várias vezes com o Sr. Presidente, que é o risco que a precariedade dos vínculos laborais dos trabalhadores desta área representa para a qualidade do serviço, apelando a que se evite a excessiva dependência de recibos verdes. Entrega fotografias ilustrativas das situações referidas. Termina e agradece. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia chama o próximo inscrito, **Sr. José Joaquim Clara Pinto Ferreira**. -----

Sr. José Ferreira: Cumprimenta todos e felicita pela recente eleição. Informa que a sua presença nesta assembleia se enquadra no seguimento das intervenções que realizou nas 17.^a e 18.^a assembleias de junho e setembro, anteriores ao e-mail enviado a 29 de setembro sobre manutenção de espaços verdes. Declara que, sendo hoje aprovado o orçamento, planos de investimento, de receita, mapas de pessoal e demais condições para que o Executivo possa operar, espera que seja aprovado o necessário para a manutenção dos espaços verdes. Reitera que a manutenção engloba corte e rega de relvados, poda de árvores e arbustos e sua reposição quando caem ou secam, a manutenção do equipamento como bancos, calçada e muretes. Informa que na sua zona existem muitos muretes que não são propriedade dos prédios, e que nunca foram mantidos durante 30 anos, assim como o sistema de rega. Acrescenta que se soma a este trabalho a manutenção de espaços verdes, a limpeza de folhas e higiene urbana, papelerias, etc. Sobre o sistema de rega, reconhece que existe quem diga que é um desperdício de água, e declara que basta regar durante dois meses por ano, uma vez por semana. Refere que quando o sistema de rega não está operacional, é muito grave, e devia-se regar manualmente. Declara que é responsabilidade da assembleia acompanhar e monitorizar se o Executivo faz bom uso das verbas, com equidade, ao proceder à manutenção dos espaços verdes. Informa que é esta a razão da sua presença nesta assembleia: sensibilizar que não é só aprovar orçamentos, é também acompanhar a sua execução. Informa que, da sua parte, irá monitorizando o que se passa na sua zona, e as ações de manutenção do Executivo, registando o que se faz, como se faz e o que fica por fazer. Termina, agradece e endereça votos de boas festas a todos os presentes. -----

Presidente da Junta de Freguesia: Agradece e saúda os dois fregueses que vieram usar da palavra, e agradece a sua participação. Em resposta às questões colocadas pelo senhor Jorge Rolo, declara que, no que diz respeito ao acesso do mercado, o problema não tem a ver com os canteiros que lá estão, tem a ver com o facto de a distância que vai desde o pavimento do mercado até à rua não permitir ter uma inclinação concordante com aquilo que a lei prevê, daí se ter optado por colocar o acesso para a mobilidade reduzida, seja pessoas em cadeiras de rodas, carrinhos de bebé, e. o., pelas laterais, onde há mais espaço para que esse declive possa ser superado. Reitera que não tem a ver com o design de ter lá os canteiros que impossibilitam o acesso mais fácil, pois naquele espaço que vai desde o piso do mercado até

à estrada — neste caso, a Estrada da Torre — não havia espaço suficiente para garantir o declive necessário, a não ser que se eliminasse por completo o resto do acesso. Informa que teria que se fazer uma serpentina até lá chegar, o que inviabilizaria o acesso direto. Relembra que existe a possibilidade de aceder através dos dois lados do mercado. Reconhece que é verdade que se tem que contornar, mas relembra que a porta principal do mercado está no meio do edifício. Conclui declarando que as pessoas, tipicamente, chegam ao mercado a através das extremidades, e não têm que contornar todo o edifício. Sinaliza que as obras já foram concluídas, e que houve agora um procedimento para que os operadores económicos possam concorrer à ocupação dos espaços. Declara que já foi decidida a atribuição dos espaços, faltando apenas dois, um talho e outro espaço que pode ser ocupado, que numa segunda fase se espera conseguir suprir. Realça que o mercado não foi ainda reaberto em pleno porque, entre os que concorreram, a adjudicação foi decidida na semana passada. Informa que considera fundamental o mercado ter quatro valências: a componente de peixaria, que já estava assegurada desde há longo tempo, com dois espaços; a componente de padaria, que também estava; uma que faltava há muito tempo, a componente de frutas e legumes; e precisamente a questão do talho, que é a que ainda está em falta. Incentiva possíveis operadores económicos que estejam a assistir à assembleia, ou se conhecerem quem tenha interesse e disponibilidade, para que possam ocupar quer o talho, quer o outro espaço que ainda está disponível. Em relação à questão do espaço da Manuel Valadares, relembra que existiu a oportunidade de selecionar em conjunto com a população aquilo que era desejado para lá, através da consulta pública. Informa que agora se encontram na fase de concluir o caderno de encargos, para que possa ser feito o projeto para implementar aquilo que foi decidido. Declara que se irá adjudicar a elaboração do projeto, para depois encontrar de que forma é que tudo pode encaixar em função daquilo que foi decidido. Relembra que é preciso encontrar uma solução que financie a sua construção, eventualmente no âmbito dos contratos de delegação de competências da Câmara. Menciona outra alternativa, que é encontrar um operador económico que, querendo ficar com a concessão do espaço de restauração previsto para lá, possa assumir a construção de todos os equipamentos, numa espécie de parceria público-privada, e que o Executivo se encontra a explorar ambas as possibilidades. Relativamente às questões da higiene urbana, informa ainda não foi aprovado o orçamento, mas que espera que possa acontecer nas próximas horas. Explica que há um reforço importante dos recursos humanos para a higiene urbana, concordando que nesta fase ainda numa componente de prestação de serviços. Relembra que, no mandato anterior, foi aberto um concurso para ingresso na função pública, nomeadamente para a área específica

de assistentes operacionais. Informa que o resultado foi que se logrou em integrar alguns trabalhadores, mas que nem todos os que concluíram com sucesso aquele concurso quiseram assumir a vaga, ou porque já tinham outras soluções, e que não aconteceu na totalidade. Declara que, dos trabalhadores que entraram, surgiram algumas situações em que, por razões várias, as pessoas não permaneceram, ou porque não concluíram com sucesso o período experimental, ou outras situações de despedimento por justa causa, inclusivamente por entrega de documentação não conforme. Conclui que houve várias circunstâncias que levaram a que as vagas que foram abertas não fossem ocupadas, mas naturalmente preocupa o Executivo a precariedade desses vínculos laborais. Em resposta ao Sr. José Joaquim Ferreira, agradece as questões, e no que diz respeito ao espaço verde, informa que se está agora a lançar o procedimento para o concurso público internacional, com um caderno de encargos que contempla as diversas dimensões, e para a manutenção do espaço verde da freguesia. Acrescenta que, na vigência do mandato anterior, se procedeu à reparação de um conjunto de equipamentos de rega que o operador económico anterior não tinha feito. Declara que, tendo essa adjudicação e reparações acontecido, é expectativa do Executivo que neste momento haja poucas situações de equipamentos de rega inoperacionais no território. Reconhece que ocasionalmente há novos danos e novas avarias que vão sendo suprimidas, não sendo tão premente no inverno, mas que quando identificadas, são alvo de reparação. Indica que espera que o procedimento possa decorrer com a celeridade possível, para que o novo operador económico possa começar a trabalhar. Reitera os agradecimentos pelas questões levantadas, e incentiva os presentes a vir, quer à Assembleia de Freguesia, quer às reuniões públicas do Executivo, que decorrem todas as últimas segundas-feiras de cada mês. Informa que entre o Natal e o Ano Novo, dia 29 segunda-feira, haverá uma nova reunião aberta do Executivo, a que são bem-vindos. Relembra também os canais habituais, sendo eles o telefone e e-mail, e reunião com qualquer um dos membros do Executivo em função dos pelouros que desejem questionar. Agradece e termina. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia pergunta se alguém pretende fazer intervenções sobre as intervenções do público. -----

João Condesso (CH): Declara que, sobre o tema da manutenção dos espaços verdes, é recorrente as críticas feitas pelo público quando intervém em todas as assembleias. Lamenta que, ao longo de quatro anos, não tenha sido possível encontrar um operador que prestasse

um serviço de qualidade, tendo o primeiro contrato e o segundo falhado. Manifestou esperança de que o novo procedimento resulte numa melhoria efetiva. Indica que percebo perfeitamente as queixas dos fregueses. Manifesta esperança de que o novo procedimento resulte numa melhoria efetiva. -----

Presidente da Junta de Freguesia: em resposta a esta crítica, declara que não é há 4 anos que não funciona. Alega que, desde o último contrato com o atual prestador, temos um bom serviço. Considera evidente que não se recupera durante o verão um problema que se tinha acumulado, mas que neste momento, em termos do prestador que está atualmente a funcionar, não há nenhuma questão, que tem uma resposta célere perante os problemas e as roturas que haja. Considera verdade que existiu um problema com o operador anterior, mas não é verdade que seja há 4 anos. Declara que de momento as situações estão enquadradas e resolvidas em tempo útil. Assume que durante o verão, de facto, começaram em julho e não foi possível recuperar a relva que não estava devidamente cuidada. Informa que o Executivo, por ter reconhecido isso, é que rescindiu o contrato com o prestador anterior. Declara julgar que, de momento, a situação está acautelada. Declara que pretende que o caderno de encargos que se está a desenhar, que prevê precisamente uma fiscalização rigorosa, permita que eventuais desvios sejam alvo de correção imediata. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia informa que terminou o período aberto ao público, e que se irá passar para o Período da Ordem do Dia. Informa que pode ser verificado na ordem de trabalhos que temos cinco pontos na ordem do dia.

Período da Ordem do Dia ----- -----

Presidente da Assembleia de Freguesia solicita ao **Presidente da Junta de Freguesia** para falar sobre o 1º ponto, que é a informação escrita do Presidente do 4º Trimestre de 2025. -----

Presidente da Junta do Lumiar: Procede à apresentação sucinta daquilo que é a informação escrita, que foi enviada antecipadamente. Menciona a transição do Executivo e a realização das eleições, a realização antes das eleições da Assembleia Municipal Descentralizada, e aquilo que foi a expansão da CER e o facto de se ter conseguido aumentar a quantidade de energia renovável do Lumiar para o pavilhão do Alto da Faia, o que vai

permitir que mais fregueses possam aceder precisamente a esse serviço. Informa que o Lumiar está quase a atingir os 40.000 eleitores, faltando pouco menos de 200, fruto da expansão que temos assistido. Alega que é expectável que isso possa acontecer num horizonte de tempo relativamente curto. Menciona um aumento de 25% no número de atendimentos, o que pode ter tido a ver com as eleições, nomeadamente a emissão de certidões de eleitor, quer para as eleições autárquicas, quer no âmbito das eleições presidenciais que terão lugar em janeiro. Perto de 1000 atestados, com um pico em outubro a mais de 100 atendimentos no espaço cidadão, e 30 deslocações do autocarro. Relativamente aos recursos humanos, informa que o mapa se mantém igual: temos 178 postos de trabalho, com 67 dos quais vagos, portanto, 102 trabalhadores funcionários públicos e 118 prestadores de serviços. Confessa a vontade de continuar a recrutar em várias áreas: as ofertas que foram feitas para a categoria de Técnico Superior para as áreas dos Recursos Humanos, Área Jurídica, para o Categoria de Assistente Técnico também para a área dos Recursos Humanos e Fiscais, questão já discutida em assembleia, que se tentará dar resposta nas grandes opções do plano, e as questões conexas com motoristas. Informa que se está a trabalhar na resolução daquilo que é a avaliação dos trabalhadores, o SIADAP, para concluir aquilo que vem do passado, e que ficará em dia a partir do início de 2026. Sobre a gestão e conservação dos equipamentos, informa que é um processo que também se tem arrastado, nomeadamente a alienação de viaturas obsoletas, mas que tem sido feito um esforço importante na manutenção das que se encontram em funcionamento. Acrescenta que, adicionalmente, se estão a manter os equipamentos necessários, quer dos elevadores, quer do parque informático. Informa uma novidade, que é a instalação do sistema de videovigilância, que está prestes a começar a funcionar. Relativamente ao desenvolvimento social, declara que existem múltiplas atividades, que é núcleo bastante dinâmico que dá resposta aos fregueses com mais dificuldades, quer carências económicas, quer outros tipos de problemas. Informa que é mantido o apoio nesse âmbito, com cabazes alimentares que distribuídos mensalmente e as famílias que beneficiam do cartão solidário. Considera que foi uma mudança importante naquilo que era a dignidade de quem usufrui destes apoios sociais. Indica que existe uma dinâmica muito grande de envolvimento, quer dos mais seniores, quer dos mais jovens, em múltiplas atividades. Indica a implementação, quer da reabilitação de habitações, quer o apoio dado no âmbito da parceria com o *Mundo a Sorrir* para a área da saúde oral. Declara que foi muito gratificante que, no âmbito da Comunidade de Energia Renovável, termos sido recentemente agraciados com a menção honrosa do prémio *Ligar a Energia para Todos*, que reconhece esse papel. Informa que vencedor do prémio foi precisamente a *Just Change*, com

quem colaboramos também na reabilitação de habitações. Menciona que o trabalho que a *Just Change* realiza de forma regular é de facto muito meritório. Informa as múltiplas atividades, como o baile do outono e os passeios que decorrem com regularidade um pouco por Lisboa e também fora. Acrescenta que o Centro de Convívio do Passo do Lumiar tem mantido a sua dinâmica habitual com as diversas atividades que lá decorrem. Menciona que há uma articulação com outros parceiros da freguesia para que o contributo que estes frequentadores do centro de convívio dão a toda a restante comunidade se faça sentir — desde a produção de artigos para o kit bebé até ações de sensibilização para problemas que preocupam os mais jovens e os menos jovens, tem sido de facto uma parceria muito interessante. Informa que o CAFBCV, tem dinamizado múltiplas atividades, desde o que acontece no âmbito da Community Champions League, na área da cultura, na área do lazer. Trata-se de uma das valências muito importantes, pois constitui um apoio fundamental para as famílias do Bairro da Cruz Vermelha e particularmente para os mais jovens. Em relação aos AAAAF, CAF e Lumiar Jovem, que anteriormente se denominava ATL, tem a ver com uma oferta bastante vasta, que ocupa o espaço das nossas crianças numa componente não letiva, envolvendo diversas iniciativas concretas de celebração de datas marcantes. Tem havido uma dinâmica importante, com participação em áreas como, por exemplo, a vela adaptada, e a articulação que existe nos simulacros para alertar também as crianças para as necessidades da proteção civil. Menciona que a UTIL mantém a sua atividade. Hoje votámos um voto de pesar pela perda do professor Cosmo. Quem não teve a oportunidade de ver, ele participou poucas semanas antes de falecer na gravação de um programa no Saúde Mais, onde falava sobre a UTIL e sobre as vantagens de participar numa universidade sénior do Lumiar. Está presente também uma docente da Universidade da Terceira Idade do Lumiar, Catarina Ramalho, que é também uma médica interna de saúde pública e que vai desenvolver um estudo sobre os efetivos benefícios, do ponto de vista da saúde, da frequência de uma universidade sénior. Portanto, documentaremos do ponto de vista científico aquilo que são as vantagens que todos os participantes da Universidade Sénior acabam por relatar. Em relação à cultura, menciona destaque a um dos eventos que muito acarinhámos: a primeira edição das Danças ao Lumiar, na Quinta das Conchas, que acreditamos ter sido um sucesso que poderemos repetir em breve. Lança o desafio para todos os membros da assembleia, bem como para os nossos fregueses, de participarem numa próxima edição. Comenta que existe uma multiplicidade de eventos que foram apoiados, desde exposições, peças de teatro, palestras, que acontecem um pouco pelos vários espaços que a freguesia disponibiliza, desde o Fórum Fantástico, ao Lumiar Cité, há de facto uma vastidão de iniciativas. Deixa o apelo

para que os fregueses do Lumiar possam participar mais e com maior regularidade. Informa que as ofertas decorrem tipicamente num dos nossos espaços: seja a Biblioteca Maria Keil, o Auditório da Biblioteca Orlando Ribeiro, a Galeria Liminare, aqui ao nosso lado, e também o Lagar de São Vicente. Com a obra a decorrer, as atividades acabaram por ser realocadas, mas é expectável que rapidamente possamos voltar a ter esse espaço. As intervenções de manutenção e de requalificação no Lagar, já mencionadas, e também no Auditório da Biblioteca, nomeadamente com a questão da cortina antifogo. No campo da saúde, relembra a feira de saúde e bem-estar, que foi bastante participada, tendo sido muito interessante ter reunido todas aquelas entidades para partilhar as preocupações de saúde. É mantida a participação no projeto Radar, uma parceria com a Santa Casa da Misericórdia, que é muito importante para identificar os idosos que estão mais isolados, e continuarmos a monitorizar essa situação e a dar-lhes o apoio necessário. Em relação ao desporto, menciona a celebração dos novos acordos de colaboração com as múltiplas entidades, o que permite que as escolas de desporto funcionem com modalidades diversas como futebol, futsal, judo e boxe ou o xadrez. É intenção continuar a apoiar o desporto juvenil e federado e, dentro do que é uma agenda já particularmente densa, disponibilizar os pavilhões desportivos que temos sob nossa gestão, como é o caso do Alto da Faia e o da Escola Secundária do Lumiar. Adicionalmente, menciona a vontade de envolver mais pessoas, considerando que os que já praticam desporto têm essa vantagem, mas a atividade física é muito importante, sendo essencial encontrar oportunidades para que os cidadãos a possam praticar, independentemente de terem uma atividade desportiva formal. Na área das atividades económicas e licenciamento, informa que houve mais uma vez um esforço significativo em relação à faturação e ao recebimento, melhorando o desempenho nesta matéria, sendo expectável que se consiga continuar a melhorar. Ainda não foi atingido os 100% de recebimento do faturado, mas é um caminho que, quando tivermos os fiscais, também poderá ser consolidado. Relembra que já foi mencionada a requalificação do mercado e o processo está agora na sua fase quase final, para que em breve possa estar a funcionar em pleno e possa revitalizar aquele espaço que durante tantos anos esteve muito desocupado e pouco dinâmico, bem como quiosque em frente, que está num processo de contencioso com o anterior ocupante e que em breve possa voltar a funcionar. Menciona que o Lagar de São Vicente está também em obra e se espera que em breve que possa retomar o seu funcionamento, nomeadamente no âmbito do co-working. Em relação a outras atividades económicas, tem sido feita uma articulação quer com os fregueses, quer com os operadores económicos, no sentido de dinamizar também esta área. No âmbito do ambiente e sustentabilidade, menciona a expansão da Comunidade de Energia

Renovável e a inauguração do sistema no pavilhão do Alto da Faia, projeto que ganhou um financiamento europeu precisamente para continuar a desenvolver o seu trabalho, não só o trabalho de implementação da comunidade de energia renovável, mas também as soluções que outros podem adotar. Recorda que foi elaborado um guia que vai ser atualizado, porque ficou até ao pedido de licenciamento, mas depois do pedido surgiram um conjunto de aprendizagens práticas sobre as dificuldades da sua implementação. É expectável que isso possa acontecer num horizonte curto. Informa que se continua a manter o Recoopera, com reabilitação e reparação de equipamentos e eletrodomésticos de pequeno porte que possam de facto ser arrançados, com a preocupação de devolver alguns deles para efeitos sociais. Ou seja, pessoas que cederam aqueles equipamentos avariados, sendo reparados, são depois cedidos a quem tem carências económicas. Menciona que foi dinamizada a manhã da mobilidade, uma iniciativa muito acarinhada em Telheiras, que envolve as pessoas à semelhança do que acontece quando são feitas as iniciativas junto às escolas, de encerramento das ruas, que têm tido uma forte adesão por parte da comunidade escolar e das famílias. Informa que têm sido desenvolvidas sensibilizações para diversas questões, tendo havido uma nova produção de placas de bem-estar animal, nomeadamente no plano de proximidade para cautelar os dejetos caninos. Refere que está a ser desenvolvido um trabalho importante na área das acessibilidades, em articulação com a Comissão Social de Freguesia, nomeadamente o seu grupo de trabalho, que fez um levantamento bastante exaustivo, esperando que rapidamente a Câmara possa também ajudar nessa matéria. Em relação à higiene urbana, informa que foi mantida a operação da freguesia, tendo sido desenvolvidos também os processos de contratação de uma nova varredora para substituir a existente, sendo expectável que em breve ela possa ser substituída e que, com a chegada da nova, haja uma melhoria também do ponto de vista operacional. No espaço público foram feitas várias intervenções, nomeadamente reparação de calçadas e colocação de sinais. Refere que a Alameda das Linhas de Torres foi alvo de um piloto de separação da ciclovia que correu particularmente mal, tendo sido colocados uns blocos em cimento que rapidamente se deterioraram e que já foram removidos, não sendo possível manter aquela solução enquanto piloto. Indicou que se irá provavelmente voltar ao modelo dos chamados “pilaretes”, balizadores que permitem segmentar as ciclovias da via de circulação automóvel. Mencionou também que é importante a manutenção dos equipamentos de jogo e recreio, ou seja, os parques infantis, estando já identificada a empresa que faz a inspeção, tendo sido identificadas as lacunas e estando para ser adjudicadas as reparações. Informa que continua a ser executada a colocação de novas placas toponímicas para a zona da Alta de Lisboa,

nomeadamente perto do Altar. As inaugurações estavam previstas, mas acabaram por coincidir com o incidente do elevador da Glória, tendo sido adiadas, esperando que em breve possam ser retomadas, uma vez que se pretende reconhecer as personalidades portuguesas que lá estão homenageadas. Foram feitas intervenções na melhoria do espaço público, quer na Rua de Dona Filipa, quer na André Góis, com pintura dos espaços de lazer e reparação das mesas, continuando a ser colocados os bancos de jardim. Refere que já foi abordada a questão dos espaços verdes, estando em processo de conclusão o caderno de encargos para lançar o procedimento. Por fim, em relação à comunicação, refere a manutenção dos diversos canais: o site, as redes sociais e os próprios monitores nos diversos espaços da freguesia que passam informação. Informa que existe uma newsletter que sai regularmente, sendo expectável que saia no dia seguinte a edição de dezembro, com 100 subscritores, reconhecendo ser um número baixo face à dimensão da freguesia. Deixa o apelo a todos na divulgação da newsletter para que mais pessoas possam saber das diversas atividades. Termina e agradece. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia agradece a apresentação e a informação, abrindo espaço para intervenções sobre a informação escrita do presidente referente ao quarto trimestre de 2025. -----

Nelson de Rocha (BE) refere ter já abordado anteriormente a grande obra que foi feita na UTIL, tratando-se de uma obra grande e dispendiosa. Recorda que numa das assembleias anteriores colocou a questão ao presidente sobre o porquê de não terem sido colocados painéis solares, no sentido de ir no caminho certo da sustentabilidade. Nesse sentido, solicita que fosse dada uma explicação, informando que passou pelo local e verificou no telhado que se mantém tudo igual, compreendendo que o tempo também não está propício. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia convida outros membros a intervir. -----

Ana Amaro (CDU), solicita algumas informações sobre moções e recomendações que foram apresentadas e aprovadas anteriormente. Refere que houve uma recomendação sobre o apoio à Arte que foi apresentada na assembleia de freguesia de 25 de junho, tendo sido aprovada. Nessa altura foi determinado que fosse dada a conhecer aos grupos políticos da

Assembleia Municipal de Lisboa, bem como à direção da Associação de Residentes de Telheiras. Solicita confirmação de se tal foi feito. Foi ainda aprovado que fossem feitas diligências junto da Câmara Municipal para cedência do espaço que anteriormente abrigou o Julgado de Paz. Questiona que diligências foram tomadas e qual a resposta ou informações obtidas. Refere também que houve uma moção em defesa da linha em laço no Metropolitano de Lisboa, aprovada a 24 de setembro, determinando que fosse dado conhecimento ao governo, aos grupos políticos da Assembleia Municipal e à administração do Metropolitano de Lisboa, e que lhes fosse proposta a definitiva adoção da linha em laço como forma de garantir o direito à mobilidade aos fregueses do Lumiar e das freguesias a norte. Questiona a quais entidades foi dado conhecimento, o que foi feito nesse sentido, que respostas foram obtidas e que informações existem para dar à assembleia sobre este assunto. Salienta que este assunto é de extrema importância para a qualidade de vida dos que vivem e trabalham na freguesia do Lumiar. Refere que o presidente tem dito que está contra a linha circular e a favor da linha em laço, faltando perceber o que tem sido feito para defender efetivamente a linha em laço. Quanto ao mobiliário urbano, indica que anteriormente foi informado que os bancos que foram retirados e substituídos por outros seriam reparados e posteriormente repostos. Questiona qual é a situação desses bancos, o que está previsto, como está este processo e quando está previsto estarem repostos. Por último, em relação ao Lagar de São Vicente, refere que já foi mencionado que as obras estarão para terminar. Entretanto, houve atividades que foram deslocadas de lá, havendo a expectativa de voltar, e questionou o que foi comunicado a cada uma dessas atividades e o que está previsto para quando. -----

Presidente da Junta de Freguesia inicia resposta às questões colocadas. Começa pelas questões do **Nelson da Rocha (BE)**, em relação à colocação de painéis solares, explica que são sempre alvo de um estudo técnico para poder ser decidido se faz sentido colocá-los nesses equipamentos. Indica que neste momento foi feita a expansão para o pavilhão do Alto da Faia, por ser aquele que reunia as melhores condições em função da avaliação realizada. Acrescenta que uma das coisas que aconteceu em relação ao Alto da Faia é que se ocupou apenas uma pequena parte da cobertura, porque o sistema elétrico do pavilhão não comportava a totalidade da potência elétrica se lá fosse implementado o número de painéis que lá caberiam, estando neste momento a ser estudada essa expansão. Refere que, uma vez estudada essa possibilidade, os outros equipamentos da Junta, onde se inclui a UTIL, a sede e os diversos espaços, podem ser eventualmente alvo da colocação de painéis. Menciona que uma das preocupações em relação à UTIL é a eventual menor capacidade de disposição solar,

fruto do viaduto, mas que não se trata de uma avaliação feita do ponto de vista técnico, sendo que os técnicos farão essa avaliação e, se se confirmar que faz sentido ter painéis solares, avançar-se-á nesse sentido. Refere que é uma das questões que se coloca, porque uma das limitações em relação à distribuição da eletricidade produzida no âmbito de uma comunidade de energia é que o consumo tem que acontecer no raio de 2 km em relação à produção. Indica que neste momento não se abarca ainda toda a freguesia, pelo que há zonas que estão a mais de 2 km dos dois locais de produção atuais, nomeadamente o Lagar e o Pavilhão do Alto da Faia, pelo que aquele equipamento poderia ajudar a suprir essa necessidade. Partilha uma particularidade da atual comunidade de energia, referindo tratar-se de “dores de crescimento” de quem trilha o caminho pela primeira vez. Explica que a EREDES, ao fazer a implementação com um novo espaço, a nova unidade de produção no Alto da Faia, em vez de alargar a área dos 2 km em relação àquela que era a produção inicial, aparentemente está a querer incluir uma restrição: apenas podem ser consumidos onde há interseção dos dois equipamentos de produção. Ou seja, existindo anteriormente um círculo com um raio de 2 km, com a introdução de um segundo local de produção, em vez de alargar a área, o que está a ser dito é que apenas os locais que ficam a menos de 2 km de ambos os espaços é que poderiam usufruir, o que considera um total contrassenso, pois adicionar mais locais de produção e reduzir a área de potencial consumo não faz sentido. Informa que estão junto da Secretaria de Estado a tentar resolver esta questão, sendo uma questão jurídica que está a tentar ser ultrapassada. Acrescenta que a ideia é continuar a expandir as unidades de produção para conseguir chegar a mais freguesias e, inclusivamente, a mais pessoas carenciadas. Passa às questões colocadas pela Ana, referindo que em relação ao apoio à ART existe uma política de apoio não tanto a entidades, mas a projetos. Indicou que são apoiados projetos da ART, nomeadamente o que tem a ver com as crianças no jardim. Menciona que tem havido uma articulação quer com a anterior presidente da ART, quer com a atual, saudando a Marta Vieira que se encontra presente. Esclarece que o que é feito é apoiar as iniciativas e, em função dos projetos, assim são deliberados os apoios, de acordo com o regulamento de apoios deliberado pela assembleia. Em relação à questão concreta do Julgado de Paz, espaço que a ART cobiçava e onde a Junta também queria implementar algumas iniciativas, indicou que o que lhe havia sido transmitido, e que julga ter já partilhado em assembleia de freguesia, é que a Câmara terá articulado com a implementação de uma iniciativa de start-ups ucranianas. Refere que essa foi a informação transmitida, tendo o próprio espaço sido visitado quer pela anterior presidente, a Rosa, quer por uma das pessoas da Câmara. Considera que haverá provavelmente soluções mais interessantes para ocupar aquele espaço do que a que a Câmara

está a preconizar, tentando que assim seja, por forma a que sirva melhor os fregueses do Lumiar. Em relação às questões da linha em laço, que considera uma preocupação agora partilhada por todos na assembleia, refere que desde o início sempre se opuseram à solução da linha circular, sempre entenderam que aquela obra foi um desperdício de dinheiro público, que não era necessária, e que a solução menos má talvez fosse a implementação da linha em laço. Indica que tiveram a oportunidade de reunir quer com a tutela anterior — com o ministro Duarte Cordeiro, quer com o atual ministro Miguel Pinto Luz, nesse sentido. Informa que estavam a aguardar que houvesse a nova administração do metro, que foi nomeada, salvo erro, há uma semana, e que informalmente já comunicou com a Sra. Presidente do Conselho de Administração no sentido de ser uma preocupação que esta situação não vá avante. Menciona que há muitos rumores sobre já haver placas que demonstram a linha circular desenhada, mas que informação formal das entidades com quem foram estabelecidos esses contactos, seja a tutela, seja a administração do metro, não existe. Indica que, na sequência da nomeação do novo Conselho de Administração, voltarão formalmente a pedir essa reunião para reforçar a posição da freguesia, que não mudou. Em relação às questões dos bancos de jardim, esclarece que há alguns que são de autor, concretamente os da Praça Central, sendo a ideia que esses possam ser repostos, uma vez que fazem parte de um conjunto arquitetónico. Quanto aos outros bancos, que não tinham reparação possível por estarem muito degradados, foram descartados. Indica que pretende que alguns, os que sejam passíveis de ser recuperados, possam voltar a ser colocados ao uso dos fregueses. Relativamente ao Lagar, esclarece que a informação passada a todas as entidades que lá tinham atividades é que durante a obra foram tentadas soluções alternativas nos vários espaços existentes. Reconhece que alguns deles não são tão próximos como as entidades gostariam, mas que a obra era necessária. Indica que, uma vez concluída, se tentará acomodar o que eram as necessidades anteriores, por forma a que essas iniciativas não fiquem colocadas em causa, não estando isso de todo em questão. -----

Francisco Ferreira (LIVRE), coloca duas questões. A primeira relativa à execução da receita, que estava na altura nos 59%, solicitando um número mais recente. A segunda referente à videovigilância, questionando qual a necessidade de existir na freguesia um sistema de vigilância intrusivo para a privacidade de todos, não tendo a ver com o aumento da criminalidade. -----

Presidente da Junta de Freguesia, em resposta, indica que a receita é apurada tipicamente para o relatório, que foi a 31 de outubro, sendo expectável que no final do ano essa proporção possa aumentar. Acrescenta que, em todo o caso, está relativamente próxima ou alinhada com aquilo que é a despesa, executando-se até ao final do ano, havendo razoável confiança de que se andarão perto dos parâmetros anteriores. Refere que, em relação à cobrança do licenciamento, está um pouco acima do conseguido no ano anterior, sendo expectável que, do ponto de vista da receita, não haja surpresas no apuramento final de 2025. Em relação à videovigilância, esclarece que existem duas dimensões: uma que tem a ver com a que está a ser implementada na Junta, nos seus equipamentos, sistemas de CCTV para proteger o equipamento da Junta, seja o edificado, seja os veículos, que têm tido problemas relevantes nessa área. Outra situação diferente tem a ver com a videovigilância do espaço público, onde o que está a ser feito está em linha com a política na cidade, em alinhamento com as forças de segurança. Explica que compete às forças de segurança avaliar a sua necessidade e que, com o contacto regular existente, estas manifestaram essa vantagem, parecendo também vantajoso à freguesia, até porque a experiência onde foi implementado é positiva. Indica que o que parece pertinente é definir em que locais deve ser implementado, sendo que a PSP dará o seu parecer, tipicamente estando a falar dos locais com maior permanência de pessoas, nomeadamente interfaces de transportes, ou em zonas mais problemáticas. Menciona, a título de exemplo, os reportes regulares de vandalismo na zona da Manuel Valadares, onde foram implementadas as docas das bicicletas Gira, que têm sido alvo de vandalismo regular, parecendo uma zona onde este tipo de solução podia fazer sentido. Reitera que a avaliação dos locais compete às forças de segurança. -----

O **Presidente da Assembleia de Freguesia** agradece, e verificando não haver mais intervenções, informa que na ordem de trabalhos constam mais quatro pontos: o ponto sendo o ponto 5 um apontamento. Os pontos 2, 3 e 4 referem-se aos vários documentos que têm que ser aprovados, todos eles relacionados com o orçamento, os planos plurianuais, as opções do plano e o mapa de pessoal. Solicita ao **Presidente da Junta de Freguesia** que faça o comentário e a apresentação de todos estes documentos de seguida, numa só intervenção, correspondendo aos seguintes pontos: 2) apresentação e votação das opções do plano e do orçamento para o ano de 2026; 3) apreciação e votação do plano plurianual de investimento para o ano de 2026; 4) apreciação e votação do mapa de pessoal para o ano 2026; e 5) aprovação do pedido de autorização da Junta de Freguesia à Assembleia de Freguesia para o estabelecimento de formas de cooperação com entidades públicas e

privadas. -----

Presidente da Junta de Freguesia agradece e informa que será breve, uma vez que os membros tiveram acesso ao documento. Indica que o documento tem diversas componentes, havendo desde logo as dimensões financeiras, com um incremento do orçamento em relação ao ano anterior na ordem dos 3%, em linha com a inflação. Refere que são também conhecidos os aumentos previstos para os rendimentos dos trabalhadores, havendo necessidade de acomodar estas componentes que são também alvo de alguma atualização por via do orçamento de Estado. Acrescenta que não tanto como todos desejariam, mas esperando que, tal como foi prometido pelo governo, seja feita a revisão daquilo que é a Lei das Finanças Locais, permitindo acomodar as despesas crescentes das autarquias. Indica que as despesas se centram efetivamente nos recursos humanos e nas aquisições de bens e serviços, indo ao encontro do que acabou de mencionar. Salienta a questão dos contratos de delegação de competências com a Câmara, que tem aqui um peso relevante, não incluindo o CDC do mandato, que tipicamente em cada mandato é alvo de negociação. De acordo com a informação da Câmara, é expectável que possa estar concluído ainda durante o ano de 2026, o que representa uma melhoria em relação ao mandato anterior, em que se esteve a executar o CDC durante bastante tempo, esperando que isso possa ser alvo de negociação mais célere e que, atendendo a que as Juntas têm pouca verba de investimento, seja seguramente uma oportunidade a abraçar. Em relação ao funcionamento administrativo global, refere a necessidade de modernização, querendo melhorar a interação com os cidadãos, a agilidade e o acesso a todos estes serviços. Menciona que a digitalização terá aqui um papel, assim como a simplificação, contando também com o governo para ajudar na redução da burocracia. Destaca ainda a importância de ter cada vez mais capacidade de avaliar o que é feito para identificar onde estão efetivamente os problemas, sendo que este tipo de soluções permitirá prestar um melhor serviço. Em relação aos recursos humanos, refere que existem necessidades concretas identificadas que se pretendem suprir. Indica que a restrição orçamental é uma das questões que preocupa, mas que se quer não só ter mais recursos, como melhores recursos, e que esses recursos também tenham melhores ferramentas para desempenhar as suas funções. Em relação aos serviços jurídicos e da contratação pública, menciona a necessidade de reforçar esta componente, sendo as exigências cada vez maiores do ponto de vista da transparência. Indica que se pretende acompanhar precisamente isso, melhorando os serviços e dotando os profissionais de mais capacidade, a modernização das plataformas, a automatização de tarefas que são muito

fastidiosas mas fundamentais, e também do ponto de vista jurídico melhorar o tempo de resposta e resolver algumas questões pendentes. No que diz respeito aos equipamentos, refere a necessidade de renovação, tendo sido feito um investimento importante anteriormente, não sendo muito expectável que se consiga fazer um investimento tão grande neste primeiro ano do mandato, mas garantindo que esses equipamentos são geridos da melhor maneira e que prestam os melhores serviços, quer à população, quer nas condições para os funcionários. Destaca que um dos aspetos que se pretende reforçar é cada vez mais a manutenção preventiva, evitando custos mais avultados nas reparações. Em relação às atividades económicas e licenciamento, indica o objetivo de reforçar a marca do Lumiar, através de uma maior atratividade para os operadores económicos, e reforçar a aplicação "Lumiar Consigo", com uma nova roupagem, para que os serviços possam chegar mais facilmente aos operadores económicos e vice-versa. Menciona o objetivo de dinamizar o tecido económico do território, criar mais oportunidades de emprego, e que tudo isso possa funcionar num feedback positivo. Refere também que em relação aos AAAAF, CAF e Lumiar Jovem existe uma componente importante de inovação, nomeadamente no que diz respeito aos jovens com necessidades educativas especiais, que é uma lacuna enorme que se tenta suprir. Indica que este equipamento, que se espera conseguir colocar em funcionamento, vai dar resposta às famílias que enfrentam este problema. Em relação à UTIL, salienta ser de facto uma estrutura muito prezada, pelo que se pretende continuar o seu desenvolvimento. Refere que já houve a obra, mas que é importante continuar a renovar e a construir, existindo alguns espaços ainda pendentes de intervenção. Menciona as áreas do associativismo e do voluntariado, com uma cada vez maior interseção entre as diversas entidades e os diversos parceiros, e o objetivo de repensar o espaço da Casa da Cidadania, tornando-o mais dinâmico, por estar pouco utilizado, pretendendo-se tê-lo mais ocupado e prestando serviços a mais associações. Indica também o objetivo de encontrar mais oportunidades de voluntariado, sendo a participação cívica de todos muito importante. Em relação ao desenvolvimento social, refere a continuação das reuniões da Comissão Social de Freguesia, que considera uma ferramenta muito importante para juntar as pessoas, com seis grupos de trabalho que se pretende continuar a dinamizar, por exemplo, no âmbito da identificação das acessibilidades foi feito um trabalho fenomenal, que vai servir precisamente para identificar as prioridades e começar a intervir. Menciona a manutenção do apoio social e as várias parcerias existentes: a *Just Change*, a *Animal Life*, a *Wipitex*. Indica que a manutenção das diversas atividades no âmbito do desenvolvimento social é já um dado adquirido. O mesmo acontece em relação ao Centro de Convívio do Passo do Lumiar e ao CAFBCV, dois

espaços com uma componente muito importante. Em relação ao CAFBCV, realça a componente desportiva, a componente de lazer e a componente artística, que são chave para o desenvolvimento. Em relação à saúde, menciona a continuação das iniciativas, nomeadamente a realização da segunda edição da feira da saúde, o apoio ao Festival Mental, a promoção de hábitos e estilos de vida saudáveis, com uma aposta muito maior na prevenção. Em relação à cultura, indica o objetivo de continuar a dinamizar os vários espaços, dar apoio às diversas iniciativas, permitir o acesso cada vez mais àqueles que, de outra forma, talvez não conseguissem aceder com tanta facilidade à cultura e envolvê-los também nessa produção cultural. Refere que um dos aspetos é também promover o património histórico e cultural do Lumiar, que efetivamente é um ativo que muitas vezes as pessoas, até fora do próprio Lumiar, não conhecem, pretendendo dar visibilidade e dinâmica a essa componente. No desporto, indica o objetivo de continuar a apoiar os clubes e as escolas de desporto, dar um incentivo para que mais pessoas pratiquem atividade física, seja nos equipamentos desportivos, seja ao ar livre, promovendo atividades no exterior. Quanto à Comunidade de Energia Renovável de Telheiras, refere o objetivo de continuar a dinamizar, a expandir, a encontrar novos espaços para onde possa crescer e promover também que outros locais possam adotar essa mesma estratégia, chegando a mais cidadãos. Menciona o objetivo de promover uma “Zona Verde Integrada do Lumiar” que promova a biodiversidade, a ideia dos bosques urbanos, manter a iniciativa da economia circular enquadrada no projeto Recoopera, e também a troca de livros e de outros equipamentos. Na área da gestão de resíduos, refere o projeto “Junta na Freguesia”, que permite a entrega de equipamentos eletrónicos para serem encaminhados para o devido tratamento. Indica que existem várias iniciativas ligadas à sustentabilidade e ao bem-estar animal, com continuação de um conjunto de iniciativas, quer para proteção dos animais de rua, quer de sensibilização para que os donos de animais de companhia possam também ajudar a preservar melhor o espaço público. Em relação ao espaço público e infraestruturas, refere uma aposta continuada, quer diretamente, quer junto da Câmara para que possa resolver estas questões. Menciona as questões da iluminação e as questões do pavimento, havendo várias áreas em que é fundamental continuar a melhorar. Refere que as intervenções de fundo necessárias nas escolas são um aspeto fundamental, destacando a Escola Secundária do Lumiar, um projeto longamente adiado, indicando que o projeto está agora para discussão junto da comunidade educativa, esperando que num horizonte breve possa efetivamente ser materializado. Menciona a continuação da manutenção e requalificação dos parques infantis, encontrando novos espaços para eles, nomeadamente na Manuel Valadares e no Bairro da

Cruz Vermelha, que aguarda demolição e a implementação daquilo que a população pretende. Indica que se pretende continuar a ouvir as pessoas no âmbito da participação cívica, tendo a experiência sido bastante positiva. Refere a questão dos acessos, nomeadamente o nó do Lumiar, o eventual afundamento do cruzamento da Padre Cruz com a Calçada de Carriche, e a vantagem que isso traria quer na circulação, quer do ponto de vista do acesso do Lumiar Centro para o Paço do Lumiar e vice-versa, sendo uma das áreas chave que se pretende promover. Menciona a valorização dos espaços verdes, nomeadamente através de um concurso, bem como uma candidatura internacional para um Jardim da Paz, aguardando o resultado. Refere que se pretende desenvolver competências na área de concursos a projetos internacionais, face à escassez de investimento, sendo a oportunidade de obter fundos europeus bastante interessante. Indica que uma das questões que preocupa muito os grupos e a freguesia é a do Largo do Lago do Parque Europa, que tem efetivamente um problema enorme de manutenção, que implica uma obra de fundo que se pretende realizar. Refere que junto da Câmara se pretende sensibilizar para a necessidade de manutenção da Quinta das Conchas e da requalificação de alguns espaços, o Palacete da Mata sendo um desses exemplos. Menciona também a importância de, perante o plausível lançamento de novo concurso para os espaços de restauração, acautelar a existência de instalações sanitárias abertas coincidentemente com o horário de funcionamento do parque e não com o horário de funcionamento da restauração, e alargar o horário de funcionamento da restauração, tendo havido muita dificuldade em que os operadores económicos se mantenham em funcionamento mesmo em eventos. Refere a mobilidade, mencionando o objetivo de continuar junto da Câmara a encontrar as soluções que possam melhorar a mobilidade suave, mas também a situação do tráfego, as medidas de acalmia de trânsito em múltiplos locais. Indica que, infelizmente, há fatalidades a lamentar, sendo importante identificar esses pontos negros e reforçar a necessidade de medidas de acalmia de trânsito. Em relação à segurança, refere o objetivo de manter as reuniões regulares com a Polícia de Segurança Pública e o apoio às esquadras. Indica que têm uma insuficiência de meios que é importante colmatar, sendo importante o reforço do efetivo, existindo também limitações em relação ao recrutamento para a polícia municipal. Menciona o alargamento do programa de videovigilância e a eliminação, proposta pela Câmara, do programa de guardas noturnos, que também poderá reforçar ou complementar a intervenção da polícia. Em relação à proteção civil, refere que está ainda em consulta pública o regulamento, esperando que rapidamente se possa concluir esse processo para avançar com a sua implementação em pleno, consolidando a unidade local, com mais formação para os voluntários e com mais

meios. Indica que já existe o gerador, estão em vias de chegar os coletes e virão também os rádios, capacitando progressivamente os voluntários. Menciona a importância de alargar a massa de voluntários, produzir conteúdo que as pessoas possam usar para preparação de emergências e identificar as vulnerabilidades do território em termos de drenagem, desníveis ou outros riscos. Em relação à transparência e participação, indica o objetivo de promover cada vez mais visibilidade sobre os vários instrumentos de gestão e também a oportunidade de os cidadãos poderem participar de forma proativa nas decisões e na implementação das soluções nos territórios. Na comunicação, refere a continuação da newsletter, o aumento do alcance e o objetivo de chegar àqueles que não têm um acesso digital tão fácil. Refere que o PPI tem a distribuição ao longo dos próximos anos dos investimentos, sendo apenas esse cronograma que é apresentado. Em relação ao mapa de pessoal, esclarece que não aumenta em relação ao passado, havendo uma reorganização de alguns dos lugares do mapa em função da reorganização interna que se pretende operar, mantendo-se o mesmo mapa de pessoal na sua dimensão. Em relação à última proposta, indica ter a ver com algo que é habitual fazer-se na primeira reunião de cada mandato, isto é, mandar o Executivo para prosseguir com a possibilidade de encontrar colaborações e parcerias com as diversas forças vivas do território ou de fora do território. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia agradece e abre o espaço de comentários sobre o orçamento, o plano e o plano plurianual. -----

João Condesso (CH), refere querer deixar alguns comentários que balizam a posição do CHEGA em relação ao orçamento e às grandes opções do plano. Considera que o último mandato foi um mandato com muitos anúncios e pouca execução. Indica que nas grandes opções do plano e no orçamento existe uma série de objetivos que se repetem, e que o que mais impacta os grupos pouco ou nada avançou. Refere que, em termos de habitação, educação, higiene e saúde, as coisas não estão nada bem. Menciona que o processo da AUGI da Quinta do Olival está na mesma, não foi resolvido; que as obras estruturais nas escolas, a Escola Secundária e Escola Básica do Alto do Lumiar, que era a grande prioridade na lista da Câmara Municipal, nada foi feito nos 4 anos; que os problemas com os prédios e as habitações das GEBALIS continuam com imensas infiltrações, problemas de esgotos, elevadores que não funcionam. Refere que as obras de isolamento por fora foram feitas, mas que se continuarem a existir infiltrações, os isolamentos não servem de nada nas paredes.

Menciona os problemas com a limpeza ao longo de todo o mandato, só no fim tendo vindo à luz a solução. Acrescenta que o Presidente falou de transparência, da necessidade de transparência, mas que repetiu várias vezes o pedido e lançou o desafio de que os relatórios de execução dos apoios dados a todas as entidades da freguesia nunca chegaram a ser feitos. Indicou que, agora com a renovação desses contratos de acordo, continuam sem saber como é que aquilo é usado, não havendo relatórios de execução. Referiu ainda que, relativamente ao CCTV, o grupo fez essa proposta em 2023, que não foi apoiada pelo PSD — que é o partido que é base do Executivo, congratulando-se com o facto de finalmente ter chegado à conclusão que isso tinha que avançar. Conclui que, por tudo isto, o CHEGA não vai dar o benefício da dúvida desta vez, porque o Executivo tem a mesma liderança, foram 4 anos, e que se quer mais e melhor para a freguesia. -----

Nelson Rocha (BE) refere ter ficado satisfeito com a menção ao apoio às famílias com crianças com necessidades especiais, tendo já abordado este assunto numa das assembleias anteriores. Solicita que fosse aprofundado em que é que consiste, considerando que entre melhorar o palácio da Quinta das Conchas e apoiar as famílias com crianças com necessidades especiais há uma grande diferença. Refere que desta vez não foi feita menção ao posto médico e, sendo o Presidente médico, solicitou o ponto de situação sobre a carência de médicos e de pessoal de enfermagem. Por último, em relação ao desnivelamento da Padre Cruz, questionou se o Executivo teve contactos com o governo, sendo esta uma obra com um investimento elevadíssimo e uma antiga reivindicação dos Executivos anteriores. -----

Francisco Benitez (IL), refere ter a vantagem de ser novato nestas andanças, não tendo um rol de sonhos despedaçados. Indica dar o benefício da dúvida total ao Executivo e felicita pelas opções do plano apresentadas, que de alguma forma correspondem a quase tudo o que durante a campanha eleitoral foi sendo ouvido na rua. Considera que a questão é efetivamente se vão conseguir cumpri-las. Deixa a pergunta: de tudo o que foi apresentado, solicita que fossem dadas três ideias chave das prioridades para 2026. -----

Pedro Estrela (PS), refere que o grupo do Partido Socialista analisou com atenção os documentos em apreciação, o orçamento, o plano e o mapa de pessoal, sendo a conclusão simples: estão perante um orçamento pouco ambicioso, excessivamente centrado na gestão

corrente e sem visão estratégica para o desenvolvimento do Lumiar. Refere que o orçamento apresentado é de 9,85 milhões de euros, montante significativo, mas que quando se olha para a estrutura, percebe-se que não se trata de um orçamento transformador. Indica que 90% da receita provém de transferências correntes, maioritariamente do Estado e da Câmara, sendo a receita própria residual. Questiona que estratégia tem a Junta para reduzir esta dependência quase absoluta das transferências e reforçar a autonomia da freguesia. Refere que o orçamento é dominado, mais de metade, por despesas com o pessoal, não colocando em causa o valor dos funcionários da Junta, mas considerando que um orçamento com este peso estrutural exige uma explicação política clara, traduzindo um orçamento rígido, com pouca margem para investimento, inovação e resposta às necessidades. Questiona que ganhos concretos terão os grupos do Lumiar com este nível de despesa, que melhorias mensuráveis nos serviços estão associadas a este esforço, onde estão os objetivos, os indicadores e as metas, e qual a estratégia de gestão de recursos que permite equilibrar estes custos. Relativamente ao investimento, refere que menos de 10% do orçamento é destinado a investimento e que mesmo esse não está associado a projetos claramente identificados, não apresenta uma estratégia territorial e não aponta prioridades concretas para o futuro do Lumiar. Questiona quais são os projetos estruturantes do Executivo e onde estão os investimentos que mudam a vida das pessoas. Relativamente ao plano plurianual, indica não encontrar uma visão para a juventude, uma estratégia para o envelhecimento ativo, uma política integrada para os espaços verdes. Questiona qual é a visão da Junta e quais os grandes projetos previstos para o Lumiar no próximo ano. Relativamente ao mapa de pessoal, refere não se explicar por que são necessários os recursos, para que funções estratégicas são e que impacto concreto têm no serviço ao cidadão. Concluiu que não é um orçamento de desenvolvimento local, mas um orçamento de gestão corrente e manutenção, com baixa ambição política, considerando que o Lumiar merecia mais visão e mais projetos estruturantes. Indica que o Partido Socialista considera que não pode acompanhar este documento, deixando claro que está sempre disponível para discutir uma alternativa mais ambiciosa, mais estratégica e mais próxima das reais necessidades. -----

Pedro Domingues (PS) começa por dizer ser um gosto enorme estar presente, cumprimentando todos. Salienta a ideia de que o documento em apreciação é relativamente pouco ambicioso e muito pobrezinho em algumas áreas chave. Refere que, tendo tido oportunidade de trabalhar juntos nos últimos 4 anos, sabe que não é o seu estilo fazer crítica gratuita ou violenta. No entanto, indicou que existem algumas áreas onde o documento falha

com particular intensidade. Uma delas é a questão do espaço público e desta visão global daquilo que deve ser o território da freguesia. Menciona que não existem pequenos projetos de implantação urbana que permitam criar novas centralidades e o desenvolvimento de alguns núcleos na freguesia; não existem intervenções específicas no espaço público que diversifiquem núcleos quase exclusivamente habitacionais; a questão dos transportes públicos e da mobilidade passa por considerações que não são novas, não se vendo nenhuma evolução. Refere que com 10 milhões de euros não se faz grande coisa e que a dependência financeira não é positiva, esperando que a autonomia financeira da Junta melhore nos próximos anos, mas que isso não é razão para não haver intenções. Acrescenta que muitos dos grandes projetos que se podem fazer dependem da iniciativa da Junta, mesmo que não haja capacidade financeira para os realizar, referindo a questão de coesão do território e do eixo da Avenida Padre Cruz e da Calçada de Carris, e do eixo norte-sul. Considera que estas grandes obras, que a Junta dificilmente terá competência ou capacidade financeira para executar unilateralmente, deverão, em primeiro lugar, ser pensadas ali, para depois ter capacidade de exigir ou de apresentar um projeto já razoavelmente concluído que permita, com a qualidade dessa proposta, ir buscar financiamentos para as executar. Conclui que, subscrevendo tudo o que disse o colega na globalidade do documento, a crítica fundamental é que, se não houver ambição de avançar com esses projetos ou com esse planeamento e o desenho dessa estratégia, dificilmente haverá algum dia a capacidade de os executar. -----

Ana Amaro (CDU) indo ao ponto cinco, solicita que seja possível incluir neste pedido de autorização uma pequena nota de que estes protocolos celebrados sejam comunicados à assembleia para efeitos de acompanhamento e fiscalização, questionando se era possível incluí-lo. Relativamente ao orçamento, questionou a razão pela qual a aquisição de bens de capital passa de 2.180.000€ para 889.000€. -----

Francisco Mendes (LIVRE) começa por fazer uma nota em relação ao prazo da entrega da documentação, referindo que mais uma vez esta foi entregue fora do prazo regimental, prejudicando o funcionamento da assembleia e podendo no futuro levantar questões legais sobre todas as decisões tomadas, uma vez que não está a ser feito de acordo com o que está no regimento aprovado. Em relação aos documentos em apreciação: relativamente às opções do plano, remete para o que já foi dito pelos outros partidos, deixando apenas uma nota sobre a intervenção da IL, referindo que nas duas moções do PS que focavam locais

específicos da freguesia, a IL não votou contra nenhuma delas. Em relação ao orçamento, coloca três pedidos de informação: mais detalhes sobre o que engloba a rubrica de dinamização do espaço público, em comparação com o orçamento aprovado há um ano; uma explicação para o grande aumento tanto no espaço público, como nos espaços verdes, devendo-se à conservação de bens, e que outros bens estão aí incluídos para além do sistema de rega; e uma explicação sobre o facto de o pessoal que aumenta ser pessoal externo, em regime de tarefa ou avença, e não pessoal interno, questionando se foi feito algum esforço para que isso não acontecesse. -----

Presidente da Junta de Freguesia agradece aos diversos membros da assembleia pelas questões colocadas sobre o orçamento. Em resposta a **João Condesso (CH)**, rebate a crítica de "muitos anúncios pouca execução", indicando que a informação escrita reflete a execução e que houve muita coisa feita ao longo dos 4 anos. Refere que a esmagadora maioria das áreas mencionadas não tem competências da Junta, nomeadamente a habitação e a saúde. Sobre a questão da habitação, indica ter havido uma preocupação de encontrar no Lumiar espaços para habitação a preços controlados, existindo construção no âmbito de uma cooperativa, construção no âmbito das rendas controladas e construção de venda livre. Em relação às GEBALIS, refere ter havido uma realocização de um bairro e o programa Morar Melhor, que interveio precisamente nas coberturas e nas fachadas para melhorar as infiltrações e o isolamento térmico, tendo melhorado substancialmente, ainda que não se tenha resolvido tudo. Em relação à educação, refere que algumas obras são estruturais e alvo de intervenção por parte quer do governo central, quer da Câmara, havendo aparentemente avanços no que diz respeito à secundária do Lumiar. Indica que da parte da Junta houve uma grande preocupação nesta matéria, tendo as reparações sido externalizadas, e tendo começado o ano letivo com zero problemas desse âmbito. Em relação à área da saúde, refere a preocupação no âmbito da prevenção, dentro das competências da Junta, estando também a tentar encontrar soluções para o território. Indica que, nas questões da Junta, houve uma evolução importante: melhorou-se na higiene urbana, nos espaços verdes e muito na transparência, desafiando a encontrar outra freguesia tão transparente como esta. Em relação às questões dos relatórios de execução, esclarece que existem e estão disponíveis, estando os protocolos disponíveis e cada entidade tendo que entregar o relatório de execução. Em relação à questão da AUGI, refere que há uma proposta de loteamento que mereceu oposição por parte de várias das pessoas que residem no território, sendo uma competência da Câmara, e que agora no novo mandato se continuará a insistir junto da Câmara para que isso se possa

resolver, estando mencionado nas grandes opções do plano. Em relação às questões da videovigilância, reitera que houve uma articulação com as forças de segurança para que pudesse ser implementada, subscrevendo numa iniciativa da Câmara para a qual a freguesia também quer contribuir. Em resposta a **Nelson Rocha (BE)**, em relação às crianças com necessidades educativas especiais, refere que existem várias dimensões em que se pretende apoiar estas famílias. Uma tem a ver com o reforço das assistentes operacionais distribuídas pelos vários estabelecimentos de ensino, existindo uma dificuldade com o Estado central, que não aloca o número de assistentes operacionais solicitadas pelas escolas, estando a ir além das competências e da capacidade financeira para reforçar esta oferta. Outra dimensão tem a ver com a criação de um espaço com equipamentos e profissionais treinados para responder a estas necessidades, estando o projeto previsto para ser implementado em São Vicente. Uma terceira dimensão tem a ver com o transporte, com a possibilidade de ter um veículo que possa transportar em condições de segurança estas crianças. Em relação à questão do posto médico, indica existem três dimensões que se gostariam de resolver. Uma tem a ver com a unidade de saúde da Alta de Lisboa, um equipamento recém-construído que poderia albergar duas USFs, mas que não alberga nenhuma porque não consegue fixar os recursos humanos, tendo sido empreendidos esforços nesse sentido e junto da direção executiva do SNS no sentido de criar uma solução alternativa, algo semelhante a uma USF modelo C com participação importante da autarquia, em articulação também com a Câmara. Refere que neste momento o processo está numa fase exploratória para conseguir implementar uma solução deste género que permita lá colocar pelo menos uma, potencialmente duas, USFs. Em relação à oferta no Lumiar Centro, menciona que existe uma clínica próxima com oferta de cuidados de saúde que, no âmbito de um processo de contratualização com o Estado central, poderia ser uma solução possível, estando o enquadramento normativo a ser desenvolvido. A terceira componente tem a ver com o Centro de Saúde de Telheiras, cujo sítio previsto encontra dificuldades do ponto de vista da sua construção, tendo sido contactado o Hospital das Forças Armadas nesse sentido, existindo disponibilidade da direção do hospital. Indica que isto carece de articulação nos vários níveis ministeriais, existindo interesse das Forças Armadas não só em eventualmente encontrar um espaço disponível, mas em poderem ser envolvidas na prestação dos cuidados ou no treino dos seus próprios profissionais. Em relação à questão da Padre Cruz, indica ter apresentado a ideia junto do Ministro das Infraestruturas, reconhecendo que é preciso ter um projeto que identifique as mais-valias e que possa depois ser adotado por quem tem as competências e os recursos para o fazer. Menciona as moções da Assembleia de Freguesia

que vão nesse sentido, e que é preciso estudar o problema e encontrar recursos para o estudar, para que depois a proposta possa ser concreta. Em resposta a **Francisco Benitez (IL)** da IL, indica que há três eixos fundamentais. Um tem a ver com o espaço público nas suas múltiplas dimensões, seja na manutenção do mesmo, seja na criação de novos espaços e novas dinâmicas no território, querendo combater o estigma do Lumiar ser um dormitório. Depois, a modernização, com melhores instrumentos de gestão, melhores serviços orientados para os grupos, a criação de melhores interfaces, a simplificação e agilização dos procedimentos. E por fim, a questão da comunicação, de como chegar às pessoas, não podendo ter só 100 subscritores da newsletter, precisando de suprir essa necessidade. Em resposta a **Pedro Estrela (PS)**, refere, em relação a ser pouco ambicioso, que querem ser ambiciosos, mas com os pés assentes na terra, existindo já a experiência de fazer orçamentos fantasiosos que depois não têm concretização. Sobre a receita própria, indica que as autarquias têm aqui algumas limitações, querendo apostar na dinamização da atividade económica e em outras fontes de financiamento, nomeadamente financiamentos europeus. Refere que outro aspeto é a revisão do financiamento das autarquias, não podendo o governo na ponta da caneta aumentar o salário mínimo sem dotar do ponto de vista orçamental as autarquias, que têm um bolo salarial muito dependente desse tipo de trabalhadores. Menciona a questão do próprio financiamento dos CDCs da Câmara, com várias assimetrias difíceis de combater, nomeadamente no que diz respeito à taxa turística. Refere que, sendo a maior freguesia, têm a menor dotação per capita, sendo claramente prejudicados por isso, precisando de encontrar os mecanismos que permitam corrigir essa situação. Menciona outras questões, como as eco-ilhas, com uma verba fixa para todas as freguesias, considerando que não faz sentido por os territórios serem diferentes. Sobre o orçamento com pessoal consumir uma fatia significativa do orçamento, refere que não há outra forma, sendo necessário ter os recursos humanos para suprir as funções, estando aquém daquilo que seriam os recursos humanos necessários em algumas áreas. Indica estar de acordo em que têm de ter objetivos, indicadores e metas, referindo que talvez não seja nas GOP que devam estar a trabalhar em instrumentos de gestão que permitam tomar melhores decisões e identificar onde estão pior, tendo todo o gosto de os partilhar com a Assembleia de Freguesia quando estiverem prontos. Em relação às novas centralidades, refere que o que está a ser feito no mercado e com o quiosque da Praça Verde é precisamente isso, criar ali um eixo de centralidade no Lumiar. Menciona também a Manuel Valadares, a Quinta das Conchas, e a Praça Central de Telheiras como espaços para requalificar. Em relação às propostas apresentadas pela **Ana Amaro (CDU)**, indica não ter nada contra a sugestão de incluir a

comunicação à Assembleia de Freguesia dos protocolos, acolhendo bem o que foi proposto. Em relação à redução drástica dos bens de capital, explica que não foi possível ter o mesmo nível de investimento do passado, sendo a verba de investimento dependente do que se consiga negociar nos CDCs, tendo esta redução substancial a ver com isso. Em resposta ao **Francisco Ferreira (LIVRE)**, em relação ao prazo, assume que houve circunstâncias que levaram a algumas limitações no envio atempado dos documentos, lamentando que os membros não tenham tido tanto tempo como seria desejável para a revisão dos documentos. Em relação ao esforço para reduzir a precariedade dos contratos, refere que foram realizados vários concursos anteriormente, havendo ainda alguns concursos desse mandato a decorrer, sendo expectável que durante este mandato também se faça o recrutamento para funções nucleares de recursos humanos. Indicou que há, contudo, algumas áreas em que, por questões legais, não se fará essa internalização, como por exemplo a área dos AAAAF's e CAF's, sujeita a contratualização bianual, e não sabendo se a Câmara continuará a prestar essa competência à Junta, não pode comprometer-se com esses vínculos efetivos. -----

Ana Amaro (CDU) questiona sobre o setor não lucrativo, referindo haver uma diminuição muito expressiva e querendo perceber o porquê. -----

Presidente da Junta de Freguesia procede a uma série de esclarecimentos técnicos sobre rubricas do orçamento entre membros da assembleia, concluindo-se que em relação aos apoios às entidades não houve mudança em relação ao ano anterior, podendo ter a ver com o local onde estão distribuídas. Esclareceu-se que foi feita uma separação: os apoios diretamente ligados à cultura estão no orçamento da cultura, os diretamente ligados às escolas de desporto e aos apoios do desporto estão no desporto. Indicou-se que a única diferença são 20.000 € que estavam para a Marcha, e não havendo marcha, esse apoio não está incluído, sendo essa a única diferença, não havendo corte nos apoios às associações. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia agradece, referindo que são questões muito específicas e difíceis de esclarecer sem um efetivo conhecimento sobre onde está o problema, estando o Presidente da Junta disponível para esclarecimentos posteriores. -----

João Condesso (CH) a título de ponto de ordem, refere que os membros têm que fazer o trabalho de casa. e chegar à assembleia com dúvidas concretas. -----

Francisco Benitez (IL) comenta a questão colocada por **Francisco Mendes (LIVRE)** sobre o seu sentido de voto, referindo que só pode entender que, ou foi uma piada, ou foi falta de atenção. Indicou que, se foi uma piada, acha muito bem, pois é sempre bom trazer momentos de humor. Se foi falta de atenção, lamentou, porque normalmente o LIVRE considera-se a força política mais atenta a tudo e a todos: nas duas moções do PS que focavam concretamente locais específicos da assembleia, a IL não votou contra nenhuma delas. Considera ter sido apenas um pequeno lapso do LIVRE. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia confirma que todas as dúvidas e estão esclarecidas e passa à votação. -----

Ponto N° 2, “Apreciação e votação das Opções do Plano e do Orçamento para o ano 2026” -----

Votos contra: **7** - PS (4); CH (2); BE (1); -----

Abstenções: **2** - CDU (1); LIVRE (1); -----

Votos a favor: **10** - PSD (6); CDS-PP (2); IL (2); -----

Aprovado por maioria -----

Ponto N° 3, “Apreciação e votação do Plano Plurianual de Investimento para o ano 2026” -----

Votos contra: **6** - PS (4); CH (2); -----

Abstenções: **3** - BE (1); CDU (1); LIVRE (1); -----

Votos a favor: **10** - PSD (6); CDS-PP (2); IL (2); -----

Aprovado por maioria -----

Ponto N°4, “Apreciação e votação do Mapa de Pessoal para o ano 2026” -----

Votos contra: **4** - PS (4); -----

Abstenções: **5** - CH (2); BE (1); CDU (1); LIVRE (1); -----

Votos a favor: **10** - PSD (6); CDS-PP (2); IL (2); -----

Aprovado por maioria -----

Ponto N° 5, “Aprovação do pedido de autorização da Junta de Freguesia à Assembleia de Freguesia para o estabelecimento de formas de cooperação com entidades públicas e privadas.”

Votos contra: **0**; -----

Abstenções: **0**; -----

Votos a favor: **0**; -----

Aprovado por unanimidade -----

Presidente da Assembleia de Freguesia dá os parabéns a todos, pois havia uma carga de trabalho muito grande. Confessa que teve receio que não se conseguisse fazer tudo até ao prazo das 24 horas, sendo ao momento 23:47. Informa que estão quase a acabar. -----

Presidente da Junta de Freguesia agradece a todos, à assembleia, e endereça um voto de Boas Festas e um Feliz 2026 a todos os membros da Assembleia, e também aos fregueses e trabalhadores. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia agradece a todos os membros da Assembleia e aos membros do Executivo que prepararam o trabalho. Declara, em defesa do Executivo, que este pediu para que esta Assembleia de Freguesia fosse feita na última semana. A última semana obrigava a fazê-la num dos últimos três dias, segunda, terça ou quarta, tendo em conta que quarta-feira já seria a noite de passagem de ano, que era uma semana muito apertada, e haveria pessoas que queriam estar fora. Com funcionários também seria complicado, e o envio da documentação teria que ser feito praticamente em cima do dia de Natal. Informa que insistiu muito para que esta assembleia fosse feita mais cedo, e que o Executivo fez um esforço muito grande para ter a documentação o mais cedo possível. Considera que foi um esforço importante e, portanto, gostaria de dizer isto para atenuar a situação da entrega dos documentos. Agradece aos funcionários e a quem preparou, montou

e apoiou esta Assembleia de Freguesia, ao público que também participou, que assistiu e que está a assistir também online. Pelas 23:49 pede um “último esforço”, que é a aprovação da ata em minuta. Passa a explicar que a ata em minuta é uma ata feita por si, na assembleia, que é passada depois aos serviços e tem de ser aprovada por todos. No entanto, refere que depois é feita uma ata mais descritiva, com toda a informação, que será aprovada na próxima Assembleia de Freguesia, ou seja, algum erro que possa haver, haverá oportunidade de retificar. Informa que na próxima Assembleia de Freguesia haverá duas atas, a da primeira, e a desta que se aprova agora. Pede a aprovação da ata em minuta, e informa que, normalmente é aprovada por unanimidade, mas que quem quiser votar contra poderá fazê-lo. -----

A assembleia aprova por unanimidade a ata em minuta. -----

O **Presidente da Assembleia de Freguesia** declara o fecho da presente assembleia de freguesia pelas 23:51, endereçando um grande agradecimento a todos. -----

E eu, Sofia Teixeira, Técnica Superior da Junta de Freguesia do Lumiar, lavrei a Presente Ata, que vai ser assinada por mim, pelo Presidente da Assembleia de Freguesia e pelos restantes membros da Mesa. -----

A funcionária da Junta de Freguesia do Lumiar

Sofia Henriques Ferreira Teixeira

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia do Lumiar

João Pulido Pereira Freire de Andrade

O 1.º Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia do Lumiar

Guilherme Gonçalves Sá Machado Duarte

O 2.º Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia do Lumiar

Lúcia de Fátima Viveiros Carvalho Silva Amaral da Piedade